

Índice de

VULNERABILIDADE SOCIAL
das Famílias do Cadastro Único



OBSERVATÓRIO
do **Cadastro Único**

CADERNO TEMÁTICO 5

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(BENITEZ Catalogação Ass. Editorial, MS, Brasil)

Brasil. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social,
Família e Combate à Fome. Sistema Único de Assistência
Social. UNICEF

Índice de vulnerabilidade das famílias do cadastro
único [livro eletrônico] / [organizadora Jucimeri Isolda
Silveira ; elaboração Jucimeri Isolda Silveira, Denise
Colin, Tiago Claudino Barbosa]. - 1.ed. - Brasília, DF :
Ministério do Desenvolvimento e Família e Combate a Fome ;
UNICEF Brasil, 2026. - (Observatório do cadastro único :
caderno temático ; v. 5)

PDF

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-93855-30-6

1. Assistência social - Brasil. 2. Brasil - Condições
econômicas. 3. CadÚnico (Sistema de Recuperação da
Informação). 4. Cidadania. 5. Famílias - Aspectos sociais.
6. Políticas públicas sociais. 7. Programas sociais.
8. Vulnerabilidade social. I. Silveira, Jucimeri Isolda.
II. Colin, Denise. III. Barbosa, Tiago Claudino. IV. Série.

05-2026/02

CDD 361.610981

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Cadastro Único : Famílias : Vulnerabilidade :
Assistência social 361.610981

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

OBSERVATÓRIO⁴ do Cadastro Único

CADASTRO ÚNICO E OBSERVATÓRIO

CADERNO TEMÁTICO 5



Autores

Organização:

Jucimeri Isolda Silveira

Elaboração:

Jucimeri Isolda Silveira - Doutora em Serviço Social, mestra em Sociologia, professora do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas e do curso de Serviço Social na PUCPR, coordenadora do NDH-PUCPR e da parceria técnica no Selo UNICEF

Denise Colin – Doutora em Sociologia, professora do curso de Serviço Social e pesquisadora do NDH-PUCPR

Tiago Claudino Barbosa – Economista, mestre e doutor em Políticas Públicas, Professor de Economia na UFPR, pesquisador colaborador do NDH-PUCPR

Contribuições:

Cecilia Reigada Piva – Economista e especialista em Políticas Sociais. Atua como Analista Técnica de Políticas Sociais no Departamento de Monitoramento e Avaliação da SAGICAD/MDS

Geraldo Andrade da Silva Filho – Economista, doutor em Economia e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG). Atua como Diretor do Departamento de Monitoramento e Avaliação da SAGICAD do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)

Shirley de Lima Samico – Assistente Social, mestra em Antropologia e pós-graduada em Ciência de Dados. Atualmente é assessora do SUAS do departamento de monitoramento e avaliação da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD)

Santiago Falluh Varella – Doutor em Sociologia. Atua como Especialista em Políticas Sociais do UNICEF no Brasil

Comunicação:

Lab Social – Inovação em Assistência Social e **MLS Digital LTDA**

EXPEDIENTE:

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único

Presidente da República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome

Wellington Dias

Secretário Executivo

Osmar Ribeiro de Almeida Júnior

Secretário de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único

Rafael Guerreiro Osório

Secretária Nacional de Renda e Cidadania

Eliane Aquino Custódio

Secretária Nacional de Assistência Social

Rosilene Cristina Rocha

Secretária Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome

Valéria Torres Amaral Burity

Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Lilian dos Santos Rahal

Secretário de Inclusão Socioeconômica

Luiz Carlos Everton Farias

Secretária Nacional Cuidados e Família

Lais Wendel Abramo

Secretário Nacional de Benefícios Assistenciais

Amarildo Baesso

Secretária Nacional de Integração e Articulação de Plataformas Sociais Eletrônicas

Analucia Faggion Alonso

APOIO

UNICEF Brasil

Joaquin Gonzalez-Aleman – Representante

Layla Saad – Representante Adjunta para Programas

Sonia Yeo – Chefe de Comunicação e Advocacy

Liliana Chopitea – Chefe de Políticas Sociais

Santiago Varela – Especialista em Políticas Sociais

Julia Albino – Oficial de Políticas Sociais

Núcleo de Direitos Humanos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (NDH-PUCPR)

Jucimeri Isolda Silveira – Coordenadora

Denise Colin – Pesquisadora

Tiago Barbosa – Apoio Técnico

SUMÁRIO

08.

■ *Apresentação*

09.

■ *Introdução*

12.

■ *Onde e como a política de assistência social incide nos territórios?*

16.

■ *Como pensar as provisões socioassistenciais a partir de um ciclo auxilia na tomada de decisão e no aumento da efetividade da política?*

22.

■ *O que é o Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Cadastro Único – IVCAD?*

34.

■ *Como a Vigilância Socioassistencial do município pode apoiar na implantação de indicadores que guiem a política de assistência social local?*

38.

Como o IVCAD pode ser utilizado para o diagnóstico e o planejamento territorial?

52.

Como o IVCAD pode ser utilizado no planejamento do contato e da busca ativa de famílias?

58.

Como o IVCAD pode ser utilizado na identificação das desproteções e na vinculação das famílias às provisões socioassistenciais e das demais políticas?

62.

Como o IVCAD pode ser utilizado no planejamento de atividades coletivas do PAIF?

66.

Como o IVCAD pode ser utilizado na avaliação de resultados com as famílias e nos territórios?

76.

Considerações finais

77.

Apêndice

Apresentação

SEM INFORMAÇÃO, NÃO Há PROTEÇÃO. Com base nessa premissa fundamental, a Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único apresenta mais um Caderno Temático do Observatório do Cadastro Único. Esta publicação faz parte da série desenvolvida pelo Observatório e tem como objetivo destacar o Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Cadastro Único (IVCAD) como ferramenta inovadora e estratégica para a tomada de decisões na política de Assistência Social.

O IVCAD foi projetado para oferecer suporte prático à gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ao transformar desigualdades estruturais em indicadores operacionais, esse índice contribui para a elaboração de diagnósticos socioterritoriais, além de auxiliar na identificação e priorização de públicos e territórios. Ele fortalece processos decisórios fundamentados em critérios técnicos, promovendo a transparência e o monitoramento de resultados.

Nosso objetivo é potencializar o papel do Cadastro Único como instrumento essencial para a Vigilância Socioassistencial, orientando a resposta a questões cruciais da gestão pública, como: como alcançar aqueles que mais precisam e como planejar a oferta de trabalho social para famílias. A solução para esses desafios reside no uso de dados orientados territorialmente.

Esperamos que este conteúdo contribua para o aprofundamento do conhecimento e para a ampliação do uso qualificado do IVCAD no SUAS.

Rafael Guerreiro Osório
Secretário de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único

Introdução

O **ENFRENTAMENTO DA POBREZA** e das desigualdades sociais no Brasil exige, de forma crescente, a superação de abordagens restritas à insuficiência de renda monetária. A pobreza se manifesta como um fenômeno estrutural e multidimensional, marcado por privações simultâneas no acesso a direitos, a cuidados, a condições adequadas de moradia, educação, trabalho e proteção social, bem como por fragilidades nos vínculos familiares e comunitários. Essas privações não se distribuem de forma aleatória: elas refletem e reproduzem desigualdades estruturais de classe, raça, gênero, território, ciclo de vida e pertencimento étnico-cultural.

A persistência das desigualdades sociais na América Latina não pode ser compreendida apenas a partir de variáveis econômicas ou de arranjos institucionais contemporâneos. Suas raízes estão profundamente associadas aos processos históricos de colonização e à permanência de lógicas de dominação que continuam estruturando as relações sociais, os modos de governar e as hierarquias de saber e poder. Essas dinâmicas produzem processos de subalternização que incidem de forma desigual sobre corpos, territórios e modos de vida, naturalizando desigualdades de classe, raça, gênero, etnia e território, e produzindo padrões persistentes de exclusão social (Silveira, 2019; Silveira, 2024; Silveira et al. 2021).

Nesse contexto, políticas públicas orientadas por evidências e sensíveis às desigualdades estruturais apresentam maior potencial de produzir impactos duradouros, capazes de romper ciclos intergeracionais de pobreza multidimensional, violências e exclusões do acesso a serviços e bens produzidos socialmente. O Programa Bolsa Família (PBF), ao articular transferência de renda, condicionalidades de acesso à saúde e à educação e integração com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), expressa essa lógica ao reconhecer que a superação da pobreza exige respostas combinadas, continuadas e territorialmente orientadas.

A política de assistência social ocupa posição estratégica nesse processo, ao atuar diretamente sobre as desproteções sociais que afetam famílias e territórios, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos, bem como pela articulação intersetorial com outras políticas públicas. Para cumprir essa função de maneira efetiva, essa política precisa dispor de instrumentos e indicadores capazes de identificar, mensurar e monitorar vulnerabilidades sociais complexas, subsidiando decisões mais precisas, equitativas e orientadas à redução das desigualdades.

Nesse contexto, o uso de indicadores

sociais assume um papel estratégico: ele pode tanto reproduzir invisibilidades históricas, quando baseados em leituras reducionistas da realidade, quanto operar como instrumentos de enfrentamento das desigualdades estruturais, ao tornarem visíveis privações, assimetrias e injustiças sistematicamente naturalizadas. A forma como se definem, constroem e utilizam indicadores expressa, portanto, disputas políticas e epistemológicas sobre o que é reconhecido como problema público e quem é considerado sujeito de direitos.

É nesse horizonte que o Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Cadastro Único (IVCAD) se insere como um instrumento estratégico de produção de evidências comprometido com a equidade. Ao adotar uma abordagem multidimensional da vulnerabilidade social, o índice permite captar como desigualdades estruturais se expressam de forma combinada nas condições de vida das famílias, superando leituras fragmentadas e estritamente monetárias da pobreza. O IVCAD contribui, assim, para a construção de indicadores sensíveis às desigualdades de raça, gênero, território, ciclo de vida e pertencimento social, fortalecendo diagnósticos, decisões e avaliações orientadas à redução das injustiças sociais.

Ao articular dados administrativos, análise socioterritorial e leitura crítica da realidade, o uso do IVCAD potencializa processos de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas de assistência social, especialmente no âmbito da Vigilância Socioassistencial e da revisão periódica dos Planos Municipais de Assistência Social (PMAS)¹. Dessa forma, os indicadores deixam de ser apenas instrumentos técnicos e passam a operar como ferramentas políticas de visibilização, priorização e planejamento territorial, alinhadas aos princípios dos direitos humanos e da proteção social integral.

É nesse marco que o IVCAD se afirma como uma ferramenta estratégica para o enfrentamento das desigualdades estruturais com base em evidências, especialmente se os processos de planejamento, diagnóstico e intervenção baseada no IVCAD. Ao adotar uma abordagem multidimensional da vulnerabilidade social, o IVCAD permite ir além da identificação da pobreza monetária, evidenciando como diferentes privações relacionadas à renda, ao trabalho, à educação, às condições habitacionais, às necessidades de cuidado e ao desenvolvimento de crianças e adolescentes se combinam e se reforçam nos territórios e nas trajetórias familiares.

O potencial do IVCAD reside justamente em sua capacidade de traduzir desigualdades estruturais em indicadores operacionais, passíveis de uso direto nos processos de formulação, planejamento, monitoramento e avaliação de políticas sociais, especialmente no âmbito da assistência social. O índice possibilita a construção de diagnósticos socioterritoriais mais finos, sensíveis às múltiplas dimensões da vulnerabilidade, e contribui para a definição de prioridades públicas orientadas por critérios técnicos e de equidade.

No âmbito da gestão municipal do SUAS, o IVCAD apresenta especial relevância para os processos de revisão anual dos PMAS. Ao oferecer informações atualizadas e comparáveis sobre o perfil de vulnerabilidade das famílias e dos territórios, o índice subsidia a análise de mudanças no contexto social local, a identificação de novas desproteções

¹ Confira a publicação "Plano Municipal de Assistência Social: passo a passo para o planejamento local": <https://blog.mds.gov.br/redesuas/plano-municipal-de-assistencia-social-passo-a-passo-para-o-planejamento-local/>

ou agravamentos de situações existentes e a avaliação da adequação das provisões socioassistenciais frente às demandas observadas. Desse modo, o planejamento deixa de ser um exercício meramente formal e passa a se constituir como um processo dinâmico, responsivo e orientado por evidências.

Ao permitir recortes territoriais e familiares precisos, o índice apoia a tomada de decisão ágil, sem abrir mão da complexidade analítica necessária para compreender as desigualdades que estruturam as desproteções sociais.

Outro aspecto central do IVCAD é seu potencial para fortalecer a Vigilância Socioassistencial, ao oferecer uma base consistente para a definição e o acompanhamento de indicadores de vulnerabilidade e de impacto das intervenções. O uso sistemático do índice favorece a construção de parâmetros de monitoramento e avaliação, permitindo analisar não apenas a cobertura das provisões socioassistenciais, mas também seus efeitos na redução de vulnerabilidades específicas e na ampliação das seguranças socioassistenciais ao longo do tempo.


Este caderno temático integra a série Cadernos Temáticos do Observatório do Cadastro Único, que vem consolidando o uso estratégico dos dados do Cadastro Único como ativo fundamental para a gestão pública. Após abordar o Cadastro Único como instrumento de articulação entre políticas públicas, sua contribuição para a Primeira Infância, para a Gestão Socioterritorial e para a identificação de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE), este volume aprofunda o debate sobre como transformar dados em decisões qualificadas por meio do uso do IVCAD.

O objetivo deste caderno é demonstrar como o IVCAD pode ser aplicado, de forma prática e integrada, nas diferentes etapas do ciclo da política de assistência social – diagnóstico, planejamento, vinculação a ofertas, execução e avaliação, contribuindo para a formulação de políticas mais justas, eficazes e comprometidas com a redução das desigualdades estruturais.

Para tanto, o caderno está organizado a partir de nove questões norteadoras, formuladas com base em desafios concretos enfrentados por gestoras(es) e equipes técnicas do SUAS. As respostas articulam fundamentos conceituais e orientações operacionais para o uso do IVCAD em nível territorial e familiar, complementadas por um tutorial prático que orienta a geração de listas de famílias segundo perfis de vulnerabilidade, apoiando a busca ativa, a vinculação às provisões socioassistenciais e a análise de resultados no âmbito local, descrito no apêndice.

**Onde e como
a política de
assistência
social incide
nos territórios?**

01



A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL visa proteger integralmente os cidadãos através de provisões socioassistenciais (ofertas) de Proteção Social, da Defesa de Direitos e da Vigilância Socioassistencial que visa a identificação de desproteções e as necessidades de ajuste nas provisões da política. Essas três funções complementares precisam estar em harmonia para que a política atinja sua finalidade.

A Proteção Social promove a prevenção, redução e superação das chamadas desproteções sociais, que podem ser classificadas em dois tipos: vulnerabilidades sociais e riscos sociais. A vulnerabilidade social refere-se à combinação de fatores estruturais e territoriais que reduzem a capacidade de famílias e comunidades de responder aos riscos e de acessar direitos. As vulnerabilidades podem ser divididas em:

- Pobreza monetária - renda (per capita) familiar mensal abaixo de R\$ 218 (per capita), considerada insuficiente para atender às necessidades básicas²;
- Acesso em quantidade ou qualidade insuficiente a direitos sociais, como educação, saúde, moradia, trabalho, convívio familiar e comunitário e lazer;
- Alta demanda por cuidados familiares de crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência que necessitam da ajuda permanente de terceiros;
- Vínculos familiares e/ou comunitários frágeis, como isolamento social e vínculos enfraquecidos, mas ainda não rompidos ou marcados pela violência.

Já o risco social é compreendido como a ocorrência de eventos que causem danos, perdas ou violações de direitos a indivíduos, famílias ou grupos, em decorrência de vulnerabilidades acumuladas ou da ausência de apoio protetivo adequado. Ele engloba as violências intrafamiliares, o trabalho infantil, o tráfico humano e o trabalho análogo à escravidão, a institucionalização de membros familiares, a situação de rua e as discriminações em suas diversas formas.

As situações de vulnerabilidade e risco social são interdependentes e se retroalimentam, configurando as desproteções sociais de um território, isto é, as demandas que mobilizam a intervenção da política de assistência social. Essas situações são o “onde” a política incide. Cabe aos serviços, benefícios, programas e projetos da proteção social básica e especial (provisões socioassistenciais) e a articulação intersetorial com outras políticas do território atuar de forma complementar e integrada, garantindo as seguranças socioassistenciais: acolhida, convívio, renda, autonomia e apoio a todos os cidadãos. Esses são as formas como a política incide nos territórios - o como da pergunta inicial.

Além das desproteções, há potencialidades da família ou do território, que são ativos a serem reconhecidos e fortalecidos para promover a proteção social e qualidade de vida, tais como: presença de adultos interessados em ingressar no mercado de trabalho ou em voltar a estudar, presença de famílias conscientes dos seus direitos e com vínculos fortes, de lideranças e referências comunitárias ativas em um território, entre outras.

As ações coletivas da assistência social são capazes de tornar mais visíveis as desproteções enfrentadas e a percepção de que elas não são fatos isolados, mas fazem

² Mais informações sobre indicadores de renda e pobreza no Cadastro Único em: <https://wiki-sagi.mds.gov.br/home/DS/Cad/1/IN024>

parte de dinâmicas territoriais. Conclui-se, então, que a potência do coletivo pode se traduzir concretamente na transformação da realidade que limita os acessos aos bens, serviços e riquezas socialmente produzidas, sempre fomentadas pelas provisões do SUAS por meio da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, com garantia de recursos humanos, físicos, materiais e financeiros em quantidade e qualidade conforme as demandas apresentadas (COLIN; PEREIRA, 2014).

A política de assistência social atua na prevenção e superação de desproteções e no fortalecimento de potencialidades de duas formas principais. A primeira é inserir as famílias em serviços, benefícios, programas e projetos referenciados em Unidades da política ou em OSCs (Organizações da Sociedade Civil) do SUAS. Isso ocorre, por exemplo, quando há a inserção de uma família em pobreza no PBF (programa de transferência de renda) ou no BPC (benefício), ao inserir crianças no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ao realizar trabalho social com uma família com situação de violência intrafamiliar no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) ou de um adolescente em acolhimento institucional.

Há uma ênfase na integração entre benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais para uma mesma família, garantindo, assim, um olhar mais integral e as seguranças de renda, providas pelos benefícios e programas de transferência de renda, junto a seguranças como as de convívio e vínculo comunitário e familiar e de desenvolvimento da autonomia e de redes de apoio, providas por serviços socioassistenciais como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).


Outra forma de atuação é quando a política de assistência social identifica uma desproteção ou potencialidade e encaminha a família para a inclusão em outras políticas setoriais responsáveis pela oferta desse direito não acessado por essa família no momento. Por exemplo, quando há uma criança fora da escola que é encaminhada ao órgão responsável pela política de educação ou uma família com interesse em um programa de qualificação profissional é encaminhada para a política local de trabalho. Para que essa comunicação entre órgãos e a interlocução entre as políticas ocorram de forma efetiva, é fundamental que haja uma articulação intersetorial no território, definindo atribuições, fluxos e processos em conjunto.

Diante do cenário atual de reconstrução e inovação no SUAS, o IVCAD se afirma como uma ferramenta estratégica para esse novo ciclo. Ao traduzir desigualdades estruturais em indicadores multidimensionais, territorializados e acionáveis, esse índice contribui para diagnósticos mais críticos, decisões mais equitativas e processos de planejamento, monitoramento e avaliação alinhados a um projeto societário comprometido com os direitos humanos, a democracia e a justiça social.

A próxima pergunta mostra como operacionalizar a tomada de decisões dessa política nos diferentes momentos do seu ciclo a partir do uso de indicadores. As próximas perguntas abordam como o IVCAD pode ser utilizado na prática como esse indicador orientador de decisões e avaliações na política.

**Como pensar
as provisões
socioassistenciais
a partir de um
ciclo auxilia na
tomada de decisão
e no aumento da
efetividade da
política?**

02



PENSAR CADA PROVISÃO SOCIOASSISTENCIAL – serviços, benefícios, programas ou projetos – a partir de uma lógica de ciclo contínuo contribui para qualificar a produção de informações, a tomada de decisão e os processos de aprendizado institucional da política de assistência social. Essa abordagem permite compreender a política não como um conjunto de ações isoladas, mas como um processo dinâmico, no qual planejamento, execução e avaliação se retroalimentam, incorporando ajustes e inovações a partir dos aprendizados acumulados ao longo do tempo.

O ciclo da política é composto por etapas complementares e interdependentes, que se iniciam no diagnóstico e no planejamento, passam pela execução das ações e culminam na avaliação de resultados. A avaliação, por sua vez, não encerra o processo, mas subsidia a reconfiguração do ciclo, orientando novos diagnósticos, redefinição de prioridades e aprimoramentos das provisões socioassistenciais. Essa lógica favorece decisões mais qualificadas, transparentes e responsivas às realidades territoriais e às necessidades das famílias.

De forma sintética, esse ciclo pode ser compreendido a partir de cinco etapas principais:

Diagnóstico territorial

Consiste no conhecimento aprofundado da realidade na qual se deseja intervir. O diagnóstico pode assumir diferentes escalas e formatos. O diagnóstico socioterritorial busca identificar demandas, provisões existentes, desproteções persistentes e lacunas na oferta de serviços, subsidiando a definição de prioridades no planejamento territorial. Há, também, diagnósticos de menor escopo, voltados a grupos específicos, a determinadas provisões socioassistenciais ou ao dimensionamento de demandas, tais como um diagnóstico local da primeira infância ou das famílias que pedem recorrentemente benefícios eventuais (provisão). Além disso, há o diagnóstico da situação de uma família ou pessoa específica, seu perfil, desproteções, expectativas, vinculações (inclusão em provisões socioassistenciais ou encaminhamento para outras políticas) e potencialidades, fundamental para o acompanhamento individual, ainda que não se configure como diagnóstico territorial. Essa etapa deve ser construída de forma participativa, articulando dados e indicadores com a escuta qualificada de profissionais do SUAS, conselheiros, lideranças comunitárias e da própria população usuária, fortalecendo o reconhecimento das realidades vividas nos territórios.

Planejamento territorial

O planejamento envolve a definição do curso de ação da política, considerando a magnitude, o formato e a distribuição das provisões socioassistenciais necessárias para enfrentar as desproteções identificadas e fortalecer potencialidades existentes. Pode assumir um caráter mais geral, orientando o conjunto da política no território, ou ser voltado ao planejamento de uma provisão específica, como quando se deseja identificar o número de famílias a serem inseridas no PAIF e quais temáticas e atividades coletivas serão ofertadas para cada grupo. Idealmente, o planejamento deve se apoiar em diagnósticos atualizados e ser construído por meio de processos participativos, que envolvam gestão, equipes técnicas, instâncias de controle social e população usuária, de modo a ampliar a legitimidade e a efetividade das decisões tomadas.

Identificação das demandas e vinculação das famílias

Essa etapa diz respeito à definição de quais famílias ou indivíduos serão inseridos em cada provisão socioassistencial ou encaminhados para outras políticas públicas do território. A classificação deve considerar o perfil, as necessidades específicas e a gravidade das desproteções vivenciadas, a partir de critérios previamente pactuados e transparentes. A adoção de protocolos e fluxos conforme as demandas de cada família contribui para garantir maior equidade no acesso às provisões, sem substituir a avaliação profis-

sional nem desconsiderar a vontade e a participação ativa das famílias nos processos decisórios.

Execução da ação

Corresponde à oferta efetiva do serviço, benefício, programa ou projeto, bem como os encaminhamentos realizados para outras políticas setoriais. Essa etapa envolve o trabalho cotidiano das equipes, a interação direta com as famílias e a articulação intersetorial no território. A execução deve ser acompanhada de espaços de diálogo permanente com a população usuária, possibilitando ajustes no percurso e fortalecendo vínculos, autonomia e corresponsabilidade.

Avaliação de resultados

A avaliação busca identificar os resultados alcançados, as barreiras encontradas e as recomendações de aprimoramento das provisões socioassistenciais. Pode ocorrer em nível familiar, analisando a superação ou persistência de desproteções específicas de cada família ou grupo de famílias, ou em nível territorial, ao observar mudanças mais amplas nas condições de vida, nas desproteções e nas potencialidades locais de um conjunto amplo de famílias e indivíduos. Processos avaliativos participativos que incorporem a percepção das famílias, das equipes e das instâncias de controle social são fundamentais para qualificar a política e fortalecer a gestão democrática.

Como dito anteriormente, as entregas da política de assistência social podem ocorrer de forma direta, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos, ou de forma indireta, mediante encaminhamentos para outras políticas públicas responsáveis pela garantia de direitos específicos. Em ambos os casos, alcançar resultados efetivos exige não apenas a correta identificação das demandas das famílias, mas também uma articulação intersetorial consistente, com definição clara de fluxos, responsabilidades e mecanismos de acompanhamento para que as vinculações se efetivem e tenham impacto.

A tabela 1 ilustra como diferentes tipos de informação, perguntas orientadoras e decisões se apresentam em cada etapa do ciclo para distintas provisões socioassistenciais, como o PAIF, benefício para segurança alimentar e nutricional (SAN) e o SCFV para pessoas idosas.

Tabela 1

Provisões socioassistenciais e o ciclo da política

Etapa do Ciclo	PAIF	Insegurança Alimentar (articulação SAN, Bolsa Família e Benefício Eventual)³	SCFV – Pessoas Idosas
Diagnóstico	<p>Quantas famílias vulnerabilizadas estão e não estão inseridas no PAIF? Quais desproteções predominam (pobreza, fragilidade de vínculos, alta demanda de cuidados, exclusão de direitos)? Como se distribuem no território?</p>	<p>Quantas famílias vivenciam insegurança alimentar moderada ou grave? Qual é o perfil dessas famílias (renda, composição, GPTE, presença de crianças e outros ciclos etários, pessoas idosas ou pessoas com deficiência)? Onde se concentram no território? Quais já acessam o Bolsa Família, benefícios eventuais ou ações da política de SAN?</p>	<p>Quantas pessoas idosas apresentam desproteções prioritizadas para o SCFV (isolamento social, baixo convívio comunitário, pobreza, fragilidade de vínculos)? Onde estão localizadas e quais características predominam?</p>
Planejamento	<p>Qual é a capacidade de atendimento do serviço? Quais perfis e demandas do território devem ser priorizados? Onde intensificar a busca ativa? Quais temáticas e formatos de atividades coletivas são mais adequados às desproteções identificadas?</p>	<p>Qual é a capacidade de resposta do município (benefício eventual, cestas/alimentos, equipamentos de SAN)? Como articular Bolsa Família, benefícios eventuais e ações de SAN para resposta imediata e estratégias de superação da insegurança alimentar? Quais territórios e perfis priorizar?</p>	<p>Quantas pessoas idosas podem ser inseridas no período? Quais perfis priorizar? Que formatos de atividades coletivas favorecem convívio, autonomia e bem-estar?</p>
Identificação das demandas e vinculação das famílias	<p>Definir, de forma pactuada, quais famílias serão inseridas no PAIF, priorizando as em maior desproteção, e identificar encaminhamentos intersetoriais necessários.</p>	<p>Definir quais famílias serão priorizadas para o benefício eventual por vulnerabilidade temporária e/ou ações de SAN, considerando a gravidade da insegurança alimentar. Garantir a vinculação ou atualização no Bolsa Família e a inclusão em trabalho social, quando necessário.</p>	<p>Definir quais pessoas idosas serão priorizadas para inserção no SCFV, considerando vulnerabilidade, isolamento social e interesse na participação.</p>

³ Maiores orientações acesse a Trilha PAIF Trabalho Social com Famílias e Territórios no contexto da Insegurança Alimentar e Nutricional, em: <https://blog.mds.gov.br/redesuas/trilhas-do-paif-trabalho-social-com-familias-e-territorios-no-contexto-da-inseguranca-alimentar-e-nutricional/>

Execução da ação	Trabalho social com famílias e territórios, atividades coletivas, busca ativa, atendimentos particularizados, encaminhamentos e mediações intersetoriais.	Concessão do benefício eventual (quando cabível), acesso a ações da política de SAN (alimentos, equipamentos e iniciativas locais), acompanhamento do cumprimento de condicionalidades e articulação com o PAIF para fortalecimento de capacidades familiares.	Participação em atividades coletivas do serviço, fortalecimento de vínculos, estímulo à convivência comunitária e acesso à informação sobre direitos.
Avaliação de resultados	Houve redução das desproteções das famílias atendidas pelo serviço? Ampliação do acesso a direitos, fortalecimento do convívio familiar e construção de projetos de vida?	A família reduziu ou superou a insegurança alimentar? Houve estabilidade mínima no acesso à alimentação adequada? A articulação entre Bolsa Família, benefício eventual e SAN foi suficiente e oportuna? Há necessidade de continuidade do trabalho social?	As pessoas idosas relatam maior bem-estar e redução do isolamento? Houve fortalecimento de vínculos, redes de apoio e ampliação da participação social?

Fonte: Elaboração própria.

Cada etapa do ciclo possui objetivos próprios e envolve escolhas técnicas e políticas realizadas por profissionais e gestores do SUAS, em diálogo com a população usuária e com as instâncias de participação social. A tomada de decisão exige a combinação entre informações qualificadas, avaliação técnica, normativas vigentes e escuta das realidades territoriais.


Nesse sentido, a utilização de indicadores específicos para cada etapa do ciclo, alinhados às normativas do SUAS, pode apoiar a tomada de decisão ao oferecer informações padronizadas, comparáveis e precisas. Esses indicadores não devem engessar os processos, uma vez que a avaliação profissional e o protagonismo das famílias permanecem centrais. Ao contrário, quando bem utilizados, esse uso fortalece decisões mais justas, transparentes e orientadas à equidade.

É nesse horizonte que este caderno propõe demonstrar como o Índice de Vulnerabilidade do Cadastro Único (IVCAD) e seus componentes podem subsidiar a condução da política de assistência social nas diferentes etapas do seu ciclo, para distintas provisões socioassistenciais, com especial atenção aos serviços ofertados pelos CRAS, contribuindo para processos decisórios mais participativos, eficazes e baseados em evidências.



**O que é o
Índice de
Vulnerabilidade
das Famílias do
Cadastro Único –
IVCAD?**

03




CONFORME DISCUTIDO ANTERIORMENTE, as vulnerabilidades sociais não se restringem à pobreza monetária ou à insuficiência de renda. Elas se expressam por meio de privações simultâneas no acesso a direitos, a cuidados e à construção de vínculos familiares e comunitários, incidindo de maneira combinada sobre as condições de vida das famílias. Essa multiplicidade de fatores torna a vulnerabilidade social um fenômeno multidimensional, complexo e heterogêneo, com diferentes arranjos de privações, determinantes e impactos sobre o bem-estar familiar.

Com o objetivo de sintetizar essas múltiplas dimensões em um instrumento analítico capaz de apoiar a tomada de decisão na política pública, foi desenvolvido o Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Cadastro Único (IVCAD). Trata-se de um indicador numérico-sintético, que expressa, em um único valor, o grau de desproteção social resultante da combinação de diferentes privações vivenciadas pelas famílias. Sua concepção dialoga com metodologias consagradas de índices multidimensionais, como os índices de pobreza multidimensional e de desenvolvimento humano, adaptadas à realidade e às especificidades da política de assistência social brasileira.

O IVCAD é calculado a partir de informações do Cadastro Único para famílias que se enquadram em critérios específicos de vulnerabilidade socioeconômica: famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e famílias não beneficiárias com cadastro atualizado nos últimos dois anos e renda familiar per capita de até meio salário mínimo. Desse modo, o índice reflete o conjunto de famílias em situação de pobreza e baixa renda com informações atualizadas, independentemente do recebimento do PBF, focalizando naquelas em maior vulnerabilidade entre as famílias cadastradas.

Em janeiro de 2026, das 41,8 milhões de famílias registradas no Cadastro Único, aproximadamente 26,15 milhões (62,6%) atendiam a esses critérios e compunham a base de cálculo do IVCAD, o que reforça seu caráter de instrumento voltado à análise e ao acompanhamento das situações de maior desproteção socioeconômica no país.

O índice é composto por 40 variáveis (organizadas em seis dimensões de vulnerabilidade) que captam diferentes aspectos das condições de vida das famílias, conforme descrito a seguir:

- 
- Necessidade de Cuidados (NC):** dimensão relacional que expressa a demanda por cuidados familiares, considerando a presença de crianças, adolescentes e pessoas com deficiência no núcleo familiar, bem como a composição entre membros que demandam e que podem ofertar cuidados;
 - Desenvolvimento na Primeira Infância (DPI):** dimensão que combina vulnerabilidades de acesso à educação, como a presença de crianças fora da escola, e vulnerabilidades relacionais, casos de crianças que não são filhas ou enteadas da pessoa responsável pela família;
 - Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes (DCA):** dimensão associada às vulnerabilidades no acesso, na permanência e no fluxo escolar de crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos, bem como à ocorrência de trabalho infantil no contexto familiar;
 - Trabalho e Qualificação de Adultos (TQA):** dimensão que capta vulnerabilidades relacionadas à escolaridade dos adultos, à inserção no mercado de trabalho, à formalização das ocupações e ao nível de rendimento do trabalho, principal fonte de renda da maioria das famílias brasileiras;
 - Disponibilidade de Recursos (DR):** dimensão socioeconômica que mensura a pobreza monetária e o acesso à renda, considerando tanto a renda efetivamente disponível quanto aquela que as famílias teriam na ausência dos bene-

fícios de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC);

Condições Habitacionais (CH): dimensão que abrange vulnerabilidades relacionadas ao acesso e à qualidade da moradia, ao saneamento básico e ao acesso à energia elétrica.

O elemento central do IVCAD reside na compreensão de que essas diferentes dimensões de vulnerabilidade não atuam de forma isolada, mas tendem a se reforçar mutuamente. Nessa perspectiva, a premissa de que intervenções bem planejadas e integradas podem produzir efeitos positivos simultâneos em múltiplas dimensões da vida das famílias, contribuindo para a redução mais ampla das desproteções sociais ganha espaço.

Para cada uma das 40 variáveis que compõem o índice, é atribuído valor 1 quando a família apresenta a respectiva vulnerabilidade e 0 quando não a apresenta. A partir dessa lógica, o IVCAD expressa o grau de acumulação de vulnerabilidades de cada família, permitindo análises comparativas entre famílias, grupos e territórios. A tabela 2 mostra as variáveis que compõem o IVCAD por dimensão.

Tabela 2

Variáveis, dimensões e pesos que compõem o IVCAD

Dimensão	Variáveis	Índice e Peso
Necessidade de Cuidados	NC1 - Presença de criança de 0 a 3 anos NC2 - Presença de criança de 0 a 6 anos NC3 - Presença de criança de 0 a 12 anos NC4 - Presença de pessoas com alguma deficiência NC5 - Presença de pessoas idosas de 60 anos ou mais NC6 - Metade ou menos dos membros está em idade adulta (18 a 59 anos) NC7 - Metade ou menos dos membros é do sexo feminino, é adulto e possui membros com idade até 12 anos, ou com 60 anos ou mais ou que tenha pessoa com deficiência	Média do 0 ou 1 registrados por família 1/6 do peso do IVCAD
Desenvolvimento na Primeira Infância	PDI1 - Possui criança de 4 a 6 anos que não frequenta ou nunca frequentou creche/pré-escola/escola PDI2 - Possui criança de 0 a 6 anos que não frequenta ou nunca frequentou creche/pré-escola/escola DPI3 - Possui criança de 0 a 6 anos que não seja filho ou enteado do responsável familiar	Média do 0 ou 1 registrados por família 1/6 do peso do IVCAD
Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes	DCA1 - Possui criança ou adolescente de 7 a 15 anos trabalhando DCA2 - Possui adolescente de 15 a 17 anos fora da escola DCA3 - Possui criança ou adolescente de 7 a 17 anos fora da escola DCA4 - Possui criança ou adolescente de 10 a 17 anos analfabeto DCA5 - Possui criança ou adolescente de 10 a 17 anos com mais de 2 anos de atraso escolar	Média do 0 ou 1 registrados por família 1/6 do peso do IVCAD

<p>Trabalho e Qualificação de Adultos</p>	<p>TQA1 - Presença de adulto analfabeto ou analfabeto funcional TQA2 - Presença de adulto sem ensino fundamental completo TQA3 - Presença de adulto sem ensino médio completo TQA4 - Nenhum adulto ocupado TQA5 - Nenhum adulto ocupado no setor formal TQA6 - Nenhum adulto ocupado com rendimento do trabalho superior a 1 salário mínimo TQA7 - Nenhum adulto ocupado com rendimento do trabalho superior a 2 salários mínimos</p>	<p>Média do 0 ou 1 registrados por família 1/6 do peso do IVCAD</p>
<p>Disponibilidade de Recursos</p>	<p>DR1 - Família sem renda ou benefícios socioassistenciais DR2 - Família em situação de pobreza mesmo considerando benefícios socioassistenciais DR3 - Família em situação de pobreza se não considerar benefício PBF DR4 - Família em pobreza se não considerar benefícios socioassistenciais (PBF e BPC)</p>	<p>Média do 0 ou 1 registrados por família 1/6 do peso do IVCAD</p>
<p>Condições Habitacionais</p>	<p>CH1 - Domicílio particular improvisado ou situação de rua CH2 - Densidade de mais de 3 moradores por dormitório CH3 - Família despende mais de 30% da renda antes do PBF com aluguel CH4 - Família possui despesa de aluguel CH5 - Domicílio sem parede nem piso com material permanente CH6 - Domicílio sem parede ou piso com material permanente CH7 - Domicílio sem acesso adequado à água da rede de distribuição geral CH8 - Domicílio sem acesso adequado a água CH9 - Domicílio sem banheiro ou sanitário CH10 - Domicílio sem esgotamento sanitário adequado CH11 - Lixo não é coletado de forma direta CH12 - Lixo não é coletado de forma direta ou indireta CH13 - Domicílio sem acesso à eletricidade com medidor CH14 - Domicílio sem acesso à eletricidade</p>	<p>Média do 0 ou 1 registrados por família 1/6 do peso do IVCAD</p>

Fonte: Elaboração própria com base no Observatório do Cadastro Único (2026).

Cada uma das seis dimensões possui um índice, calculado como a média dos 0 (ausência da vulnerabilidade) ou 1 (presença da vulnerabilidade) de cada família nas variáveis que compõem essa respectiva dimensão, sinalizando quais dimensões possuem maior peso no IVCAD final da família. O IVCAD da família é calculado como a média dos índices parciais de cada dimensão, sendo assim um indicador-síntese do grau geral de vulnerabilidade social enfrentado por aquela família naquele momento. Ele vai de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, maior a presença de vulnerabilidades sociais na família e, por consequência, maior o seu nível de desproteção social.

Há dois níveis de análise possíveis para o IVCAD, com diferentes usos e potencialidades: o primeiro é o nível de família, que permite identificar as vulnerabilidades de uma família específica (para cada variável, dimensão e IVCAD final). O outro nível de análise possível é o territorial, no qual se foca no percentual de famílias que apresentam uma ou mais das 40 vulnerabilidades do índice, o valor médio do percentual de cada conjunto de vulnerabilidades que fornece o índice por dimensão e o valor final do IVCAD, que é a média dos seis índices dimensionais. Em nível territorial, o foco é no agregado das famílias e

qual a incidência das vulnerabilidades que nele habitam. Os exemplos a seguir ajudam a diferenciar e interpretar esses níveis de análise. É fundamental compreender esses dois níveis de análise, já que cada etapa do ciclo utiliza níveis distintos como indicador e critério para informação e tomada de decisão.

IVCAD em nível de família

Os dados do IVCAD em nível de família, incluindo suas variáveis, dimensões e o valor final do índice, constituem um instrumento estratégico para a atuação das equipes do CRAS e do CREAS. Eles subsidiam a identificação de famílias para ações de contato e busca ativa, a priorização e vinculação às provisões socioassistenciais e às demais políticas públicas do território, bem como a avaliação de resultados do acompanhamento socioassistencial junto a cada família.

A leitura do IVCAD em nível familiar permite compreender quais vulnerabilidades estão presentes em uma família específica, como elas se combinam e em quais dimensões se concentram, favorecendo decisões mais qualificadas, aderentes às necessidades concretas e às potencialidades de cada família.

Para ilustrar essa aplicação, considere-se uma família hipotética que apresenta as seguintes vulnerabilidades, assinaladas com valor 1 nas respectivas variáveis do índice. Trata-se de uma família composta por três pessoas, sendo duas crianças: uma criança de 2 anos (NC1 = 1) e outra de 11 anos (NC3 = 1). Nesse arranjo familiar, a maioria dos membros não é adulto (NC6 = 1), o que sinaliza uma elevada demanda por cuidados.

A criança de 2 anos não está inserida em creche (DPI2 = 1), o que limita as possibilidades de inserção produtiva da cuidadora solo. A criança de 11 anos está matriculada na escola, mas apresenta analfabetismo (DCA4 = 1) e atraso escolar superior a dois anos (DCA5 = 1). A mãe não concluiu o ensino médio (TQA3 = 1) e, embora exerça atividade laboral, encontra-se inserida no mercado de trabalho informal (TQA5 = 1). Do ponto de vista da renda, a família estaria em situação de pobreza na ausência do Programa Bolsa Família (DR3 = 1).

Em relação às condições habitacionais, a família reside em imóvel alugado (CH4 = 1) e não dispõe de coleta direta de lixo (CH11 = 1). No conjunto, essa família apresenta 9 das 40 vulnerabilidades que compõem o IVCAD, não registrando as demais (valor 0).

A análise integrada dessas desproteções evidencia como as vulnerabilidades se reforçam mutuamente. A presença de criança(s) na primeira infância fora da creche restringe a capacidade de a cuidadora solo acessar um emprego formal, o que, associado à baixa escolaridade, compromete a renda familiar. As dificuldades escolares da criança mais velha, as despesas com aluguel e a precariedade dos serviços urbanos no território ampliam ainda mais as desproteções vivenciadas.



Ao mesmo tempo, a leitura do IVCAD permite identificar potencialidades e pontos de intervenção, como a possibilidade de inserção da criança na creche, o apoio à qualificação e à inserção da mãe em ocupações formais, o acompanhamento do desenvolvimento escolar das crianças e a articulação com políticas setoriais. Essa análise fundamenta decisões mais precisas sobre o encaminhamento da família às provisões socioassistenciais, como o PAIF, e às demais políticas públicas pertinentes.

Esse exemplo será retomado ao longo do caderno para ilustrar como o uso do IVCAD pode informar e qualificar a tomada de decisões da política de assistência social, de modo aderente às necessidades e potencialidades de cada família. Para além da identificação das vulnerabilidades específicas, é fundamental observar em quais dimensões a família apresenta maior concentração de desproteções, expressas pelos indicadores parciais de cada dimensão, e qual é o seu nível geral de vulnerabilidade, sintetizado pelo valor do IVCAD familiar.

IVCAD em nível de território

O IVCAD em nível territorial possibilita a construção de uma visão panorâmica das desproteções sociais em um território, dimensão central para a política de assistência social, uma vez que é no território que as relações sociais, as vulnerabilidades e as políticas públicas se materializam. A utilização do índice nessa escala é especialmente relevante para o diagnóstico e o planejamento territorial, para a avaliação da cobertura e dos resultados das ofertas setoriais e intersetoriais e para a comparação entre territórios ou a evolução de um mesmo território ao longo do tempo.

Em nível territorial, as 40 variáveis do IVCAD são apresentadas de forma agregada, indicando o percentual de famílias com perfil IVCAD (valor 1) naquele território que vivenciam cada vulnerabilidade específica. As dimensões do IVCAD correspondem à média desses percentuais dentro de cada dimensão ou conjunto de variáveis, permitindo identificar quais fatores de vulnerabilidade são mais prevalentes e estruturantes naquele contexto territorial.

O índice geral do IVCAD territorial sintetiza o grau de vulnerabilidade social do território em uma escala que varia de 0 a 1, em que valores mais próximos de 0 indicam menor incidência de vulnerabilidades e valores mais próximos de 1 indicam maior concentração de desproteções sociais. Essa medida possibilita análises comparativas entre territórios e o monitoramento de mudanças ao longo do tempo, contribuindo para decisões mais equitativas na alocação de recursos e na organização das provisões socioassistenciais.

Uma análise inicial do IVCAD em nível nacional, considerando as 26,15 milhões de famílias em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, permite evidenciar padrões relevantes e potencialidades do índice. Esses resultados são apresentados na Tabela 3, que detalha os índices parciais de cada dimensão e a prevalência das principais vulnerabilidades observadas, oferecendo subsídios para leituras estratégicas e comparativas da realidade social brasileira.

Tabela 3

Análise das dimensões e variáveis para o Brasil - Janeiro de 2026

Dimensão	Índice	Variáveis Principais
Necessidade de Cuidados	0,354	Nas famílias mais vulnerabilizadas (IVCAD), há uma elevada presença de crianças de 0 a 12 anos (51,1% dessas famílias) e famílias em que aproximadamente metade dos membros são adultos (57,9%), o que gera elevada demanda de cuidados familiares que reduz a inserção no mercado de trabalho formal.
Desenvolvimento na Primeira Infância	0,077	Valor reduzido indica boa inserção escolar, porém, 18,5% das famílias possuem crianças de 0 a 6 anos não frequentam a escola e 833.874 famílias (3,2%) possuem crianças de 4 a 6 anos (escolaridade obrigatória) fora da escola.
Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes	0,049	O valor reduzido indica boa inserção e fluxo escolar de crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos. Porém, 254.120 famílias possuem membros dessa faixa etária fora da escola (1%), 9,7% desse público é analfabeto e 13% possuem elevada distorção idade-série, acima de dois anos, fator associado a evasão escolar futura.
Trabalho e Qualificação de Adultos	0,638	Dimensão com índice de privações mais elevado. 63,4% dos adultos não possui ensino médio completo (16,6 milhões de famílias), quase metade das famílias IVCAD não possui adultos trabalhando (46,8%), 81,5% não possui trabalhador formalizado e 95,8% das famílias não possuem trabalhadores ou seu rendimento do trabalho é igual ou inferior a um salário mínimo, o que contribui para a sua condição de pobreza e insegurança empregatícia e previdenciária, principal fator que gera a vulnerabilidade socioeconômica da família. Esse dado ainda mostra a forte relação entre ter um emprego formal e a saída da condição de pobreza monetária.
Disponibilidade de Recursos	0,420	Dimensão com o segundo maior índice de privações. Apenas 4,2% (1,1 milhão de famílias) não possui nenhuma fonte de renda (do trabalho ou benefícios), porém, na ausência do PBF, 71,7% das famílias IVCAD estariam em pobreza, e na ausência do PBF e do BPC 78% estariam em pobreza, o que mostra a importância desses programas, em especial para famílias que não possuem inserção no mercado de trabalho formal.
Condições Habitacionais	0,172	Valor intermediário, com maior contribuição das famílias sem acesso a esgoto adequado (38,3%), que pagam aluguel (30%) e que gastam mais de 30% da renda antes do PBF em aluguel (27%). Quase todas as famílias que pagam aluguel nesse grupo comprometem grande parcela da renda nessa despesa, o que as fragiliza e pode comprometer o seu consumo de outros itens essenciais, como alimentação.
IVCAD	0,285	Índice de vulnerabilidade social no território brasileiro, média dos indicadores parciais das dimensões e aponta para um grau intermediário de vulnerabilidade social no país.

Fonte: Elaboração própria com base no Observatório do Cadastro Único (2026).

As análises do IVCAD em nível nacional indicam que as dimensões de vulnerabilidade mais expressivas no Brasil são Trabalho e Qualificação de Adultos (0,638) e Disponibilidade de Recursos (0,420), dimensões fortemente inter-relacionadas e diretamente associadas às condições de inserção produtiva e de geração de renda das famílias. Em seguida, destaca-se a Necessidade de Cuidados (0,354), dimensão que também se articula de forma estreita às duas anteriores, uma vez que a elevada demanda por cuidados familiares tende a restringir a participação dos adultos, especialmente das mulheres, no mercado de trabalho formal e a comprometer a estabilidade da renda.

Essas três dimensões concentram as principais desproteções registradas no Cadastro Único e expressam o núcleo da vulnerabilidade socioeconômica atualmente vivenciada pelas famílias em situação de pobreza e baixa renda no país. Elas evidenciam a centralidade das condições de trabalho, renda e cuidado na reprodução das desigualdades sociais e na exposição das famílias a múltiplas privações simultâneas.

Com valores menos elevados, porém igualmente relevantes do ponto de vista estrutural, aparecem as Condições Habitacionais (0,172), o Desenvolvimento na Primeira Infância (0,077) e o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes (0,049). As duas últimas dimensões estão diretamente associadas às perspectivas futuras de inserção social e produtiva, dada a importância da educação e do desenvolvimento infantil para a superação dos ciclos intergeracionais de pobreza. Os valores relativamente mais baixos dessas dimensões, quando comparados às demais, indicam avanços importantes na inclusão escolar e no fluxo educacional; contudo, vulnerabilidades persistem, exigindo esforços contínuos para assegurar a universalização do acesso e a permanência qualificada na escola.

A análise das principais variáveis que compõem cada dimensão e de suas inter-relações evidencia padrões relevantes. Os dados mostram que famílias com alta demanda por cuidados familiares tendem a apresentar níveis mais elevados de vulnerabilidade, com menor inserção no mercado de trabalho, tanto formal quanto informal, menor escolaridade dos adultos e rendimentos do trabalho mais baixos. Na ausência do Programa Bolsa Família, a maioria dessas famílias estaria em situação de pobreza, o que reforça o papel central das transferências de renda na mitigação das desproteções socioeconômicas no país.

Observa-se, ainda, que uma parcela significativa dessas famílias enfrenta precariedades nas condições habitacionais, como ausência de esgotamento sanitário adequado e comprometimento expressivo da renda com o pagamento de aluguel. Por outro lado, embora em menor proporção, persistem situações de crianças e adolescentes fora da escola ou com atraso no fluxo escolar, o que sinaliza riscos importantes para a reprodução das desigualdades no médio e longo prazo.

O IVCAD permite não apenas identificar a prevalência relativa das vulnerabilidades, mas também dimensionar o número absoluto de famílias afetadas por cada desproteção ou por combinações específicas de vulnerabilidades. Como exemplo, os dados indicam que cerca de 1,2 milhão de famílias cadastradas possuem crianças e/ou adolescentes de 4 a 17 anos fora da escola, configurando um público prioritário para ações de contato e busca ativa para confirmar a persistência dessa situação e a eventual inserção em trabalho social por parte dos CRAS e CREAS para reverter essas e demais desproteções que a família enfrenta.

Em janeiro de 2026, o valor do IVCAD para o Brasil era de 0,285, o que caracteriza um nível intermediário de vulnerabilidade social no conjunto das famílias analisadas. Embora a média dos índices das seis dimensões corresponda a esse valor, essa média oculta diferenças significativas entre as dimensões, uma vez que a dimensão de maior expressividade – Trabalho e Qualificação de Adultos – apresenta um valor aproximadamente doze vezes superior ao da dimensão de menor valor – Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes. Essa assimetria reforça a importância de análises desagregadas por dimensão e por variável, evitando leituras simplificadas do índice geral.

A análise detalhada das taxas associadas a cada uma das 40 variáveis do IVCAD possibilita identificar quais vulnerabilidades específicas são mais recorrentes em determinados territórios e como elas se articulam ou se reforçam mutuamente. Esse nível de detalhamento é fundamental para orientar diagnósticos mais precisos, planejamento territorial qualificado e decisões mais equitativas na priorização das provisões socioassistenciais.

As próximas seções deste caderno apresentam, de forma aplicada, como o IVCAD, considerando suas 40 variáveis, seis dimensões e seu índice sintético final, pode ser utilizado em nível familiar e territorial para subsidiar diagnósticos, planejamento, identificação de demandas, direcionamento para vinculações e avaliação de resultados da política de assistência social.

Por fim, é fundamental destacar que, embora o IVCAD seja um instrumento relevante para a mensuração de vulnerabilidades materiais e socioeconômicas, ele não é suficiente para capturar todas as dimensões das desproteções sociais. O índice apresenta limitações para identificar vulnerabilidades relacionais, a qualidade do cuidado, o bem-estar dos cuidadores e situações de risco social, contemplando diretamente apenas o trabalho infantil entre os riscos e de forma limitada, já que essa marcação depende da autodeclaração do responsável familiar, que pode omitir informações nesse sentido por se tratar de uma violação de direitos. Assim, recomenda-se não utilizar o IVCAD de forma isolada, mas complementá-lo por outros indicadores, por informações qualitativas, pela escuta qualificada da população usuária e pela análise crítica das equipes profissionais, de modo a garantir decisões éticas, contextualizadas e coerentes com os princípios do SUAS.

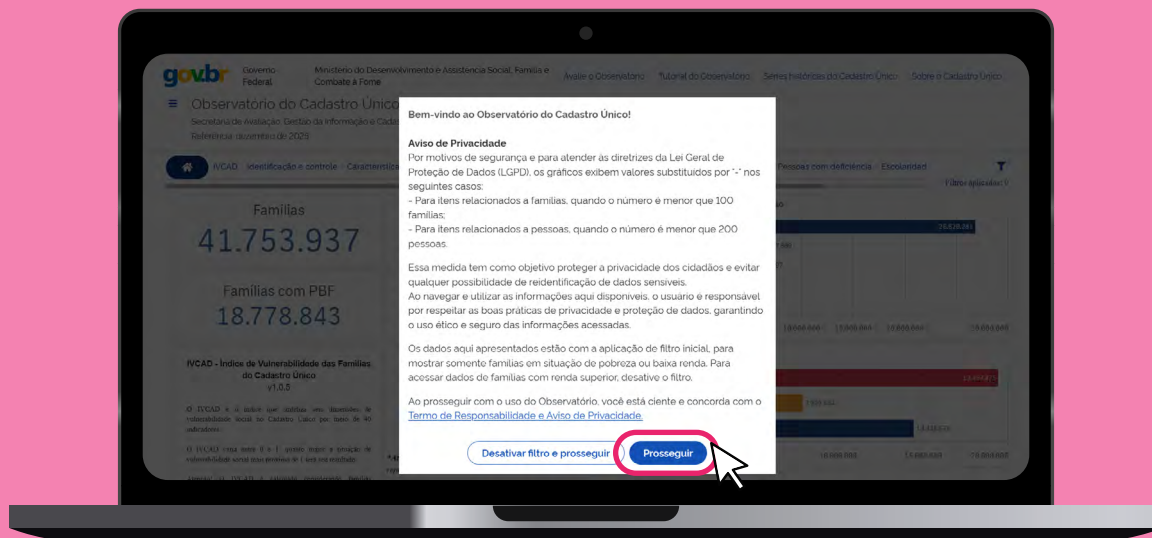
Como obter dados do IVCAD para o meu território?



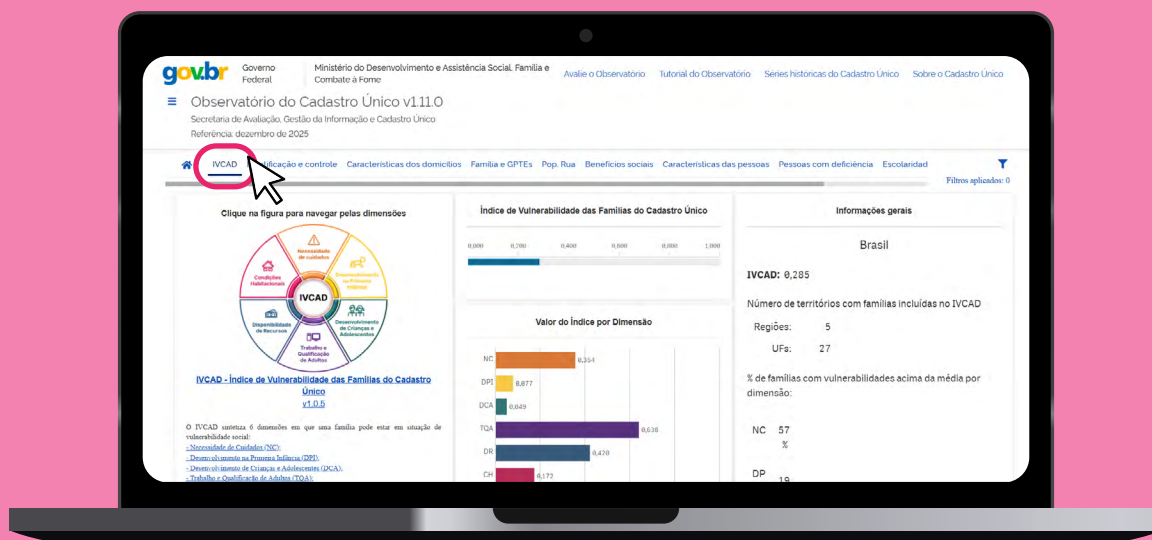
Clique e acesse.

1 - Entre no site do Observatório do Cadastro Único
<https://painéis.mds.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index.html#>

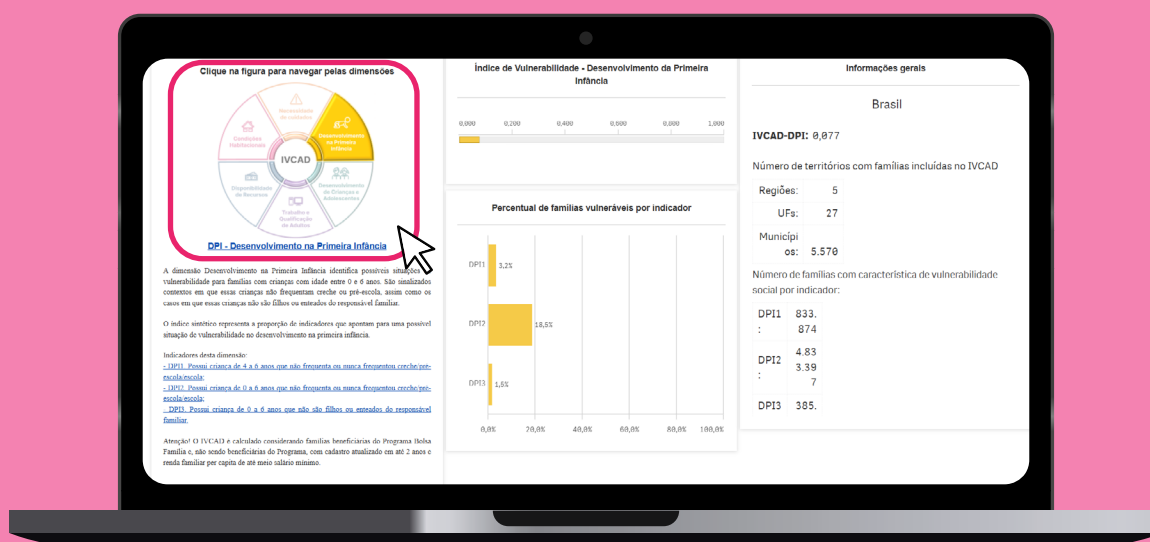
2 - Caso queira obter os dados em nível nacional, clique em **Prosseguir**.



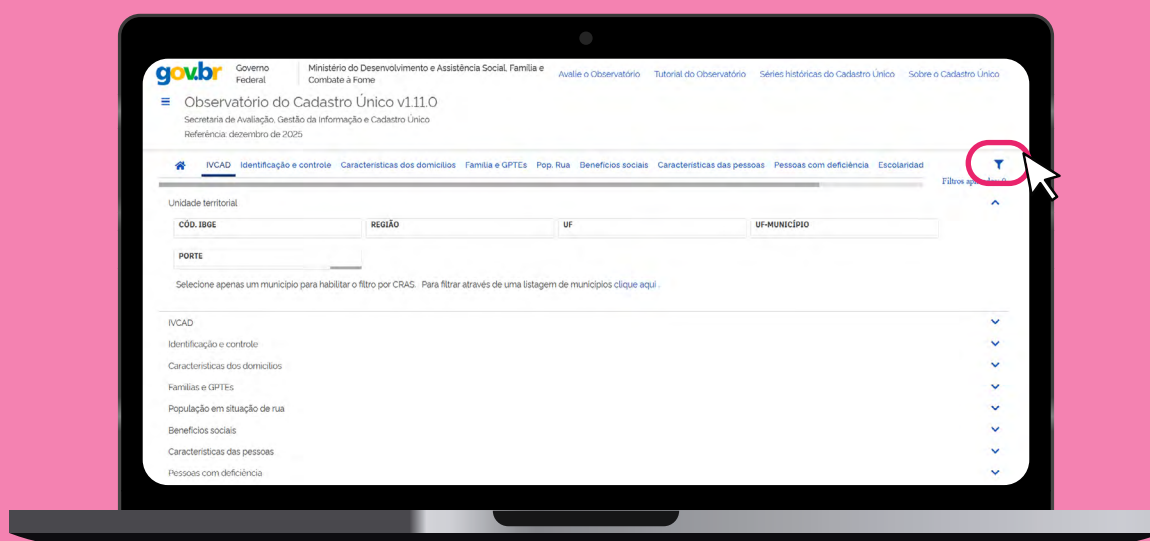
3 - Clique em **IVCAD** na barra superior. Ali estará representado o valor do IVCAD geral e por dimensão, o número de famílias com perfil IVCAD, entre outras informações complementares.



4 - Clique na **dimensão do seu interesse** (roda à esquerda com o nome das seis dimensões). À esquerda, aparecerá a listagem e definição das variáveis que compõem essa dimensão, o índice parcial e o percentual de famílias IVCAD que estão nessa situação ao centro. Na direita, surge o número de famílias que possuem determinada variável (vulnerabilidade social).




5 - Caso deseje o IVCAD para outro território (região, unidade federativa, município ou território de CRAS), clique no **filtro ao final da barra inicial**, **selecione o território desejado e clique no IVCAD na barra inicial** para obter os dados completos do IVCAD para o território desejado.

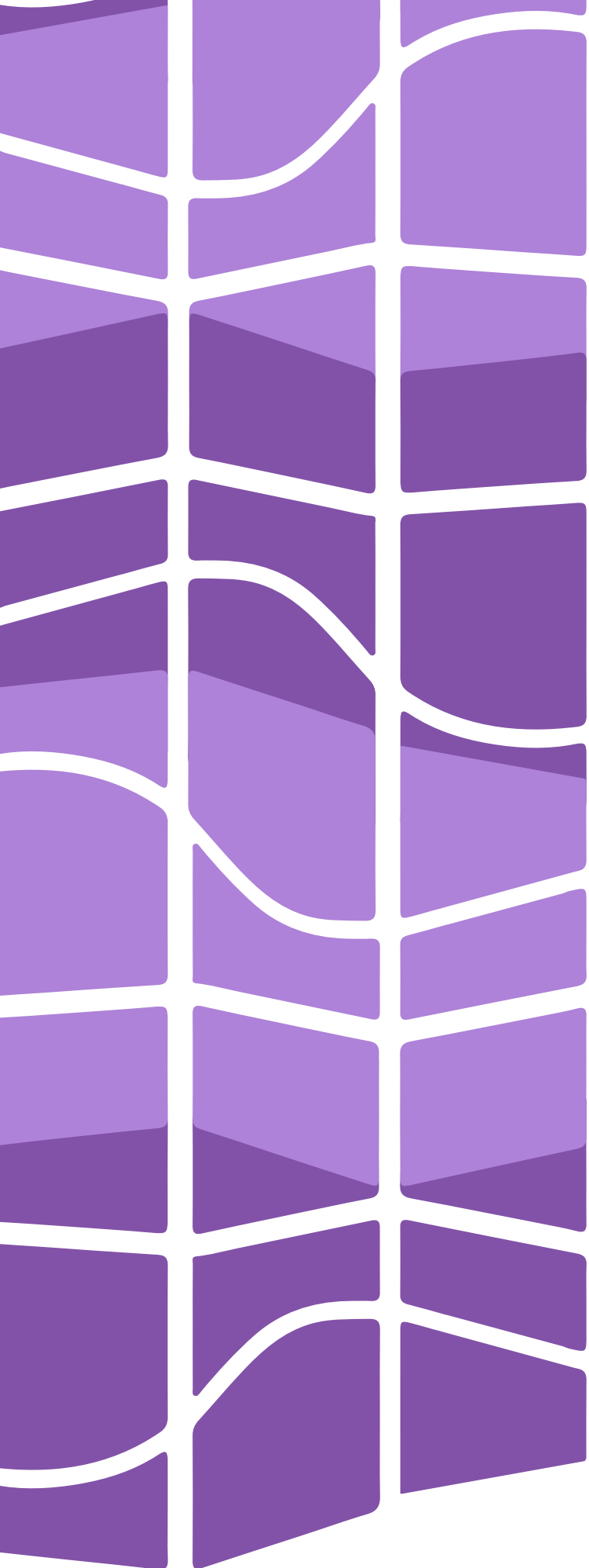


**Como a Vigilância
Socioassistencial
do município
pode apoiar na
implantação de
indicadores que
guiem a política
de assistência
social local?**

04



A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL consiste na produção e análise de informações para o diagnóstico, planejamento, monitoramento e avaliação da política de assistência social.



Atua assim como uma atividade-meio, que articula dados sobre demandas e provisões socioassistenciais e das demais políticas do território, fazendo a ponte com as demais finalidades da política de assistência social – Proteção Social e Defesa de Direitos. Sua função está relacionada à produção de relatórios informativos para as demais áreas dessa política.

O diagnóstico socioterritorial constitui-se como o principal instrumento dessa função. Ele é a base estruturante do planejamento público e permite mapear demandas por direitos, identificar vazios e sobreposições de cobertura, analisar fluxos de acesso às políticas públicas e compreender as dinâmicas sociais, econômicas, ambientais e culturais que incidem sobre indivíduos, famílias e comunidades. Trata-se de um processo contínuo e dinâmico, articulado às etapas de planejamento, monitoramento e avaliação da política, que combina a análise de indicadores quantitativos com metodologias qualitativas de escuta, diálogo e reflexão coletiva nos territórios.

Além do diagnóstico socioterritorial, a Vigilância pode produzir estudos temáticos, análises específicas, painéis de indicadores e leituras estratégicas voltadas a públicos, territórios ou provisões socioassistenciais específicas, ampliando a capacidade da gestão de antecipar demandas, redefinir prioridades e induzir processos participativos de tomada de decisão.


É nesse contexto que o IVCAD se apresenta como um instrumento estratégico a ser operacionalizado pela Vigilância Socioassistencial. Ao oferecer uma leitura multidimensional, territorializada e comparável das vulnerabilidades

sociais, o IVCAD potencializa a capacidade da Vigilância de subsidiar diagnósticos, orientar o planejamento, apoiar a priorização de públicos, qualificar a articulação intersetorial e fortalecer a avaliação de resultados da política de assistência social no âmbito local.

As próximas questões exploram, de forma aplicada, como o IVCAD, sob coordenação da Vigilância Socioassistencial, pode ser utilizado nas diferentes etapas do ciclo da política de assistência social, contribuindo para decisões mais justas, transparentes e orientadas à superação das desigualdades sociais.

**Como o IVCAD
pode ser utilizado
para o diagnóstico
e o planejamento
territorial?**

05



DIAGNÓSTICO REFERE-SE à análise de uma realidade com base em indicativos e dados quantitativos e qualitativos. Planejar envolve a tomada de decisão quanto a um curso de ação futuro. Um diagnóstico adequado é fundamental para se construir um planejamento efetivo. É preciso conhecer para intervir em uma realidade. Todo planejamento na assistência social parte de algum diagnóstico, seja ele formal e estruturado ou não.

Um diagnóstico pode apontar a situação de uma família em termos de desproteções e potencialidades (demandas e vinculações socioassistenciais e encaminhamentos para outras políticas conforme suas demandas) que ela vivencia, de um território (país, estado, município ou território de CRAS) ou no dimensionamento e direcionamento de um serviço, benefício, programa ou projeto socioassistencial específico, sempre focalizando nas desproteções sociais persistentes e em como fortalecer as potencialidades familiares e do território. Esse primeiro momento do ciclo não foca em diagnósticos familiares, mas em diagnósticos territoriais, que podem ser de três tipos:

- Diagnóstico socioterritorial que identifica demandas (desproteções e potencialidades), provisões socioassistenciais e quais demandas continuam sendo não atendidas para todo um território, sinalizando quais ajustes de magnitude, formato e articulação intersetorial são necessários, servindo de base para o planejamento de toda a política para aquele território específico;
- Diagnóstico situacional de um território para identificar demandas e provisões relacionadas a públicos ou dimensões específicas, como GPTE, primeira infância e famílias com crianças ou adolescentes fora da escola. Serve de base para o planejamento de ações específicas para os segmentos analisados;
- Diagnóstico para uma provisão socioassistencial específica, dimensionando as demandas e as provisões existentes e as necessidades de ajustes para o serviço, programa, benefício ou projeto em questão.

5.1 Diagnóstico Socioterritorial

Um exemplo hipotético resumido de um diagnóstico socioterritorial de como as variáveis, dimensões e o IVCAD podem ser aplicados é mostrado a seguir:

Um território de CRAS possui 2 mil famílias inseridas no Cadastro Único, das quais mil (metade) são IVCAD – as mais vulnerabilizadas. Dessas:

- 800 famílias estariam em pobreza na ausência do PBF (80%) e as outras 200 continuam em pobreza (20%) já considerando os repasses do PBF, parte das quais recebe esse benefício e parte não;
- 750 dessas famílias (75%) possuem demanda de cuidados familiares;
- 200 crianças de 0 a 6 anos estão fora da escola (20%), 50 de 4 a 6 anos (5%) estão fora da escola (escolaridade obrigatória) e 10 crianças e adolescentes de 7 a 17 anos estão fora da escola (1%);
- 500 dessas famílias (50%) são de mães solo que possuem empregos informais devido à demanda de cuidado dos filhos pequenos;
- Nenhum trabalhador dessas famílias ganha acima de um salário mínimo;



250 famílias (25%) gastam mais de 30% da renda antes do PBF em aluguel e 400 (40%) não possuem esgotamento sanitário adequado;

IVCAD de 0,25, nível intermediário de vulnerabilidade das famílias com perfil IVCAD inseridas.

Esses dados evidenciam desproteções e falhas na cobertura nesse território. As 200 famílias que continuam em pobreza podem ser contatadas pelo CRAS para uma análise mais detalhada das suas desproteções. As famílias que já recebem PBF podem ser encaminhadas para ofertas da política de trabalho, enquanto as que ainda não recebem e têm perfil podem atualizar suas informações no Cadastro Único e pedir acesso ao PBF ou BPC. O CRAS em articulação com a política de educação local pode contatar e realizar a busca ativa de famílias com crianças ou adolescentes fora da escola, inclusive para reverter repercussões pelo não cumprimento de condicionalidades.

É preciso ainda se atentar a medidas de apoio aos 500 cuidadores solo – inserção em creche ou escola integral, encaminhamento para a política do trabalho e inserção em grupos PAIF e SCFV de cuidadores e crianças como espaço de convivência social. Pode-se ainda mapear as famílias que comprometem a maior parte da renda em aluguel para oferta local de aluguel social ou inserção no Programa Minha Casa Minha Vida, assim como priorizar o acesso a saneamento básico adequado para os domicílios que não o possuem. Nota-se que, além da inserção em ofertas socioassistenciais – PBF, BPC, aluguel social, grupos PAIF ou SCFV –, há a necessidade de encaminhamentos e priorizações para as políticas locais de educação, trabalho, habitação e saneamento básico. A comparação com as provisões existentes irá informar o planejamento e os ajustes necessários na magnitude e formato das provisões socioassistenciais e pontos de atenção para a articulação intersetorial das ações.

5.2 Diagnóstico Situacional

Já um diagnóstico situacional identifica demandas, potencialidades e desproteções de públicos específicos, como GPTE e famílias com crianças na primeira infância, permitindo um planejamento setorial e intersetorial mais específico.

O exemplo a seguir descreve o perfil de vulnerabilidade das famílias com crianças na primeira infância (0 a 6 anos incompletos) conforme o IVCAD para o Brasil (dados de janeiro de 2026). Há 8,45 milhões de famílias com perfil IVCAD que possuem crianças na primeira infância inseridas no Cadastro Único no Brasil. Os principais resultados são:



IVCAD – valor de 0,357 do IVCAD para essas famílias, bastante superior ao IVCAD para a população em geral de 0,285 no país, o que demonstra o maior grau de vulnerabilidade social das famílias com crianças na primeira infância;

Necessidade de Cuidados – vulnerabilidade mais elevada desse grupo

(0,635), diferente do público geral, nesta dimensão que era a terceira mais elevada (0,354). Isso ocorre porque a presença de crianças de 0 a 3 anos e de crianças de 0 a 6 anos, ou seja, primeira infância, faz parte desse índice e estas variáveis estão presentes em todas as famílias com recorte da primeira infância. O fato de crianças na primeira infância demandarem cuidadores familiares e nem sempre estarem inseridas em creches reduz o ganho potencial dos seus cuidadores, em especial se for cuidador solo;

Trabalho e Qualificação de Adultos – segunda mais elevada nesse grupo (0,595), um pouco menor do que a das famílias IVCAD em geral (0,638), para as quais essa dimensão é a mais elevada. Esse menor valor ocorreu porque a escolaridade dos adultos das famílias com crianças na primeira infância é maior do que a média das famílias em geral, provavelmente por cuidadores serem pais de crianças pequenas – eles são ainda jovens e conseguiram atingir maior escolaridade em relação aos adultos de gerações anteriores. Os indicadores de trabalho são quase iguais: 45,1% das famílias não possuem adulto ocupado (46,8% no IVCAD geral), 79,5% não possuem adultos com emprego formal (81,5% no IVCAD geral) e 94,2% não possuem adulto que tenha rendimento do trabalho acima de um salário mínimo mensal (95,8% no IVCAD geral);

Disponibilidade de Recursos – 0,428 para essas famílias (terceira dimensão de maior valor), similar aos 0,420 das famílias IVCAD em geral (segunda dimensão de maior valor). Os indicadores aqui são similares aos das famílias IVCAD em geral, com 2% das famílias sem renda ou benefícios (4,2% para o público em geral), 10,8% continuam em pobreza (recebendo ou não PBF ou BPC). Na ausência do PBF, 76,8% dessas famílias estariam em pobreza e 81,6% estariam em pobreza na ausência do PBF e do BPC, o que mostra a forte inserção dessas famílias em benefícios e programas de transferência de renda no país;

Desenvolvimento na Primeira Infância – 0,239 nessas famílias, bem acima do 0,077 geral das famílias IVCAD I, reflexo do fato de todas as famílias do primeiro grupo conterem crianças na primeira infância, enquanto para o público em geral isso ocorre somente para uma parte das famílias. 9,9% (833.874) possui uma ou mais crianças de 4 a 6 anos (escolaridade obrigatória) fora da escola, evidenciando que a universalização da educação está distante para parte expressiva dessas famílias, as quais, por isso, devem ser priorizadas em ações de contato, busca ativa e vinculações de modo a garantir o acesso à educação. 57,2% dessas famílias (4,8 milhões) possuem uma ou mais crianças de 0 a 6 anos fora da escola. A partir da comparação desses dois dados, é possível observar que a maioria das crianças de 0 a 3 anos não está inserida na escola. Ainda, 4,6% (386 mil) possuem crianças na primeira infância que não são filhos ou enteados do responsável familiar, o que pode sinalizar fragilização de vínculos e cuidado. Um adendo importante quanto aos dados educacionais do IVCAD é de que as informações sobre matrícula são de quando houve a última alteração cadastral, podendo estar defasada por meses ou até dois anos, já que matrículas e abandono escolar podem ter ocorrido desde então. Por isso, é recomendado o contato e bus-

ca ativa priorizada dessas famílias, de modo a atualizar essas informações e realizar os encaminhamentos necessários para cada caso;

Condições Habitacionais – 0,179 para essas famílias, quase idêntico ao público geral IVCAD de 0,172. As maiores vulnerabilidades são o fato de 33,7% das famílias (2,85 milhões) despenderem mais de 30% da renda antes do PBF em aluguel, 37,5% (3,2 milhões) pagarem aluguel, 26,6% (2,25 milhões) não terem acesso à rede geral de distribuição de água, 37,1% (3,14 milhões) não terem acesso a esgotamento sanitário adequado e 25,9% (2,19 milhões) não terem coleta de lixo de forma direta, todas são taxas similares ao público geral IVCAD;

Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes – 0,050 para famílias IVCAD com crianças na primeira infância, quase igual à da população IVCAD geral (de 0,049). O valor reduzido indica boa inserção e fluxo escolar de crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos, apesar de haver espaço para melhoras. 1% dessas famílias possuem criança ou adolescente de 7 a 17 anos fora da escola, totalizando 63.734 famílias que devem ser priorizadas pelas políticas sociais locais.

Os dados indicam que as maiores vulnerabilidades das famílias IVCAD (em vulnerabilidade econômica) com crianças na primeira infância são relacionadas a demandas por cuidados familiares, o que as diferencia das famílias IVCAD em geral, assim como aponta os limites da inclusão escolar, especialmente relevantes para a primeira infância.

As demais vulnerabilidades destacadas – inserção no mercado de trabalho, formalização, baixo rendimento do trabalho, pobreza, pagamento de aluguel, inserção e fluxo escolar de crianças e adolescentes de 7 a 17 anos e o acesso inadequado a saneamento básico – ocorrem em taxas similares às das famílias IVCAD em geral, sinalizando desproteções mais estruturais do país.

Nesse sentido, políticas que priorizem a primeira infância devem assim criar ofertas que ajudem na superação das desproteções sociais mais comuns do Brasil ao promover a escolarização, trabalho, formalização, habitação social, saneamento básico e inserção em educação de qualidade, assim como ter um olhar específico para a primeira infância, focado na promoção dos cuidados e vínculos familiares e comunitários dessas famílias, assim como na ampliação da oferta de educação infantil e de formas de apoio a cuidados familiares, já que a elevada demanda por cuidados familiares fragiliza essas famílias.

Um exemplo comparando dois municípios com porte similar irá ajudar a compreender melhor as potencialidades e pontos-chave de um diagnóstico situacional. Considere os municípios de Água Branca (AL) e Afonso Cláudio (ES), ambos com cerca de 30 mil habitantes e situados em regiões distintas do Brasil, com análise do seu IVCAD para as famílias que possuem crianças e/ou adolescentes (0 a 17 anos). A tabela 4 compara as dimensões para esse público entre os dois territórios com dados de março de 2026.

Tabela 4

IVCAD, dimensões e variáveis - famílias com crianças e/ou adolescentes

Variável	Água Branca (AL)	Afonso Cláudio (ES)
Famílias IVCAD com crianças e/ou adolescentes	2.629	2.228
IVCAD geral	0,364	0,277
Dimensão NC	0,470	0,466
% famílias em que metade ou mais dos membros têm entre 18 e 64 anos (adultos)	68% (1814 famílias)	64,6% (1.439 famílias)
Dimensão DPI	0,127	0,127
Famílias com crianças de 4 a 6 anos fora da escola	6,4% (168)	6,3% (140)
Famílias com crianças de 0 a 6 anos fora da escola	33,1% (869)	29,2% (651)
Dimensão DCA	0,061	0,041
Dimensão TQA	0,710	0,624
Presença de adulto sem ensino médio completo	80,6% (2.118)	80,3% (1.790)
Nenhum adulto ocupado	45,3% (1.191)	15,2% (338)
Nenhum adulto ocupado no setor formal	82% (2.115)	77,9% (1.735)
Dimensão DR	0,453	0,236

Família em situação de pobreza mesmo considerando benefícios socioassistenciais	24% (630)	6% (100)
Família em pobreza se não considerar benefícios socioassistenciais (PBF e BPC)	82% (2.156)	48,3% (1.076)
Dimensão CH	0,241	0,171
Família possui despesa de aluguel	7,9% (208)	29,5% (654)
Família despende mais de 30% da renda antes do PBF com aluguel	6,3% (166)	20,9% (465)
Domicílio sem esgotamento sanitário adequado	70,1% (1.842)	46% (1.025)

Fonte: Elaboração própria a partir de Cadastro Único (2026).

O número de famílias IVCAD é similar, em geral, as famílias inseridas com crianças e/ou adolescentes do município 1 (Água Branca - AL) são mais vulneráveis do que as do município 2 (Afonso Cláudio - ES). O IVCAD geral e as dimensões TQA, DR e CH são substancialmente maiores no município 1 do que no 2, enquanto as dimensões NC e DCA são também maiores no município 1, mas por margem reduzida, enquanto o valor na dimensão DPI é igual. As maiores diferenças estão no percentual de famílias sem adultos ocupados (45,3% no município 1 e 15,2% no 2), o percentual que continua em pobreza mesmo considerando os benefícios socioassistenciais (24% no 1 e 6% no 2), o percentual de famílias que estariam em pobreza na ausência do PBF ou BPC (82% no 1 e 48,3% no 2) e o percentual de domicílios sem esgotamento sanitário adequado (70,1% no 1 e 46% no 2). Esses fatores de renda, ocupacionais e de saneamento básico vulnerabilizam mais o município 1 e tornam as famílias desse grupo mais vulneráveis do que no município 2. Por sua vez, a necessidade de pagar aluguel e o comprometimento da renda com aluguel vulnerabilizam mais o município 2 do que o 1, com as demais variáveis sendo similares, tais como demanda por cuidados familiares, escolaridade dos adultos e crianças na primeira infância e acesso a ocupações formais.

Um dos principais objetivos de um diagnóstico socioassistencial é dimensionar o público geral para as ofertas, assim como perfis prioritários. Nessa priorização, é preciso identificar não só as desproteções mais comuns de um território, mas também as mais graves.

Em ambos os territórios, é fundamental dimensionar desproteções graves, como trabalho infantil, pobreza persistente e exclusão escolar, mas cada território apresenta demandas específicas. Para o primeiro município, deve-se fortalecer a articulação com as políticas de trabalho, educação e saneamento básico. Para o segundo município, há vulnerabilidade habitacional devido à grande taxa de famílias que pagam aluguel, o que exige articulação com a política local de habitação.

Como utilizar o IVCAD e aplicar filtros no Observatório do Cadastro Único para identificar desproteção de grupos específicos?

Se você quiser aprofundar dados IVCAD de um segmento das famílias de um território, basta **clique no filtro** ao final da barra inicial do Observatório do Cadastro Único e definir o recorte desejado. Por exemplo, ao clicar em Famílias e GPTE, pode-se filtrar os dados para que apareçam somente as famílias com crianças na primeira infância:

The screenshot displays the web interface of the Observatório do Cadastro Único v111.0. At the top, there is a navigation bar with the 'gov.br' logo and the text 'Governo Federal' and 'Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome'. Below this, there are links for 'Avalie o Observatório', 'Tutorial do Observatório', 'Séries históricas do Cadastro Único', and 'Sobre o Cadastro Único'. The main header includes the title 'Observatório do Cadastro Único v111.0' and the subtitle 'Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único', along with a reference date of 'Referência: dezembro de 2025'. A horizontal menu contains various categories: 'IVCAD', 'Identificação e controle', 'Características dos domicílios', 'Família e GPTEs', 'Pop. Rua', 'Benefícios sociais', 'Características das pessoas', 'Pessoas com deficiência', and 'Escolaridade'. A 'Filtros aplicados' button is located on the right side of this menu, highlighted by a red circle and a mouse cursor. Below the menu, there are several filter sections: 'Unidade territorial' and 'IVCAD' (both with dropdown arrows), 'Identificação e controle', 'Características dos domicílios', and 'Famílias e GPTEs' (with an upward arrow). The 'FAMÍLIA:' section includes filters for 'GPTE', 'INDÍGENA', 'QUILOMBOLA', and 'OUTROS GPTEs', as well as a 'RESIDE EM TERRA INDÍGENA' checkbox. The 'FAMÍLIA QUE TEM:' section includes filters for 'ESTRANGEIRO', 'PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA', and 'TRABALHO INFANTIL'. The 'FAMÍLIA COM:' section includes filters for 'CRIANÇA DE 0 A 2 ANOS', 'CRIANÇA DE 3 A 5 ANOS', 'CRIANÇA DE 6 A 9 ANOS', and 'CRIANÇA/ADOLESCENTE DE 10 A 17 ANOS'.



São possíveis diversos recortes, não se esqueça de assinalar também a Unidade Territorial desejada.

Após definir o filtro temático, clique em **IVCAD** na barra inicial e explore os dados das variáveis, dimensões e o próprio IVCAD para o público escolhido.



5.3 Diagnóstico para planejamento de uma provisão específica

O IVCAD também pode ajudar no dimensionamento do público com perfil prioritário para serviços e benefícios socioassistenciais no território. Para isso, é preciso definir quais são esses grupos e qual a escala de prioridade entre eles, algo fornecido pelas normativas e pelas definições técnicas das equipes nos territórios. Não se esqueça de sempre assinalar a Unidade Territorial para a qual você deseja os dados.

A tabela 5 mostra os públicos prioritários de alguns serviços socioassistenciais e quais variáveis do IVCAD ajudam a dimensionar o tamanho dessas ofertas para o território em questão.

Tabela 5

Público prioritário por serviço e uso do IVCAD para diagnóstico territorial de cada serviço

Serviço	Público Prioritário	Uso do IVCAD
PAIF	<p>Famílias que atendam aos critérios de priorização em programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais (inseridos ou com perfil, mas ainda não inseridos)</p> <p>Pessoas com deficiência e pessoas idosas que vivenciem situações de fragilidade (de vínculos e acesso a direitos)</p> <p>Famílias em situação de não cumprimento de condicionalidades</p> <p>Famílias com crianças na primeira infância</p>	<p>NC4 - Presença de pessoas com alguma deficiência</p> <p>NC5 - Presença de pessoas idosas de 60 anos ou mais</p> <p>NC2 - Presença de criança de 0 a 6 anos</p> <p>DR2 - Família em situação de pobreza mesmo considerando benefícios socioassistenciais</p> <p>DR4 - Família em pobreza se não considerar benefícios socioassistenciais (PBF e BPC)</p>
	<p>Crianças, adolescentes, adultos com deficiência e pessoas idosas: em situação de isolamento, trabalho infantil, vivência de violência ou negligência, fora da escola ou com defasagem superior a dois anos, em situação de acolhimento, em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, egressos de medidas socioeducativas, situação de abuso e/ou exploração sexual, com medidas de proteção do ECA, crianças e adolescentes em situação de rua, vulnerabilidades relacionadas a pessoas com deficiência</p>	<p>NC4 - Presença de pessoas com alguma deficiência</p> <p>NC5 - Presença de pessoas idosas de 60 anos ou mais</p> <p>NC3 - Presença de criança de 0 a 12 anos</p> <p>DCA1 - Possui criança ou adolescente de 7 a 15 anos trabalhando</p> <p>DCA2 - Possui adolescente de 15 a 17 anos fora da escola</p> <p>DCA3 - Possui criança ou adolescente de 7 a 17 anos fora da escola</p> <p>DCA5 - Possui criança ou adolescente de 10 a 17 anos com mais de 2 anos de atraso escolar</p> <p>CH1 - Domicílio particular improvisado ou situação de rua</p>
SCFV		

**SPSBD-
Pessoas
com
deficiência
e pessoas
idasas**

Pessoas com deficiência ou idosas com dificuldade de acesso físico ao CRAS e que sejam beneficiários do BPC, pessoas vivendo isolamento social, com vínculos familiares/afetivos fragilizados, risco de abrigamento, famílias com perfil Bolsa Família e em alta vulnerabilidade social

NC4 - Presença de pessoas com alguma deficiência

NC5 - Presença de pessoas idosas de 60 anos ou mais

DR1 - Família sem renda ou benefícios socioassistenciais

DR2 - Família em situação de pobreza mesmo considerando benefícios socioassistenciais

CH1 - Domicílio particular improvisado ou situação de rua

**SPSBD-
Gestantes
e crianças**

Gestantes e crianças de 0 a 6 anos priorizando:

Gestantes e crianças de 0 a 3 anos:

Inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais.

Crianças de 0 a 6 anos:

Beneficiárias do BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Primeira Infância (0 a 6 anos):

Beneficiárias dos benefícios Primeira Infância, Gestante e Nutriz do Bolsa Família.

Situações Especiais: Crianças de até 6 anos que perderam responsáveis (Covid-19 ou feminicídio), crianças em situação de trabalho infantil ou com medidas de proteção.

Vulnerabilidade Territorial:

Populações tradicionais, do campo, floresta, água, migrantes, refugiadas e em situação de rua/ domicílio improvisado.

Acompanhamento: Famílias atendidas pelo CREAS.

Aplicação do filtro IVCAD para famílias com crianças na primeira infância:

NC1 - Presença de criança de 0 a 3 anos

DR2 - Família em situação de pobreza mesmo considerando benefícios socioassistenciais


NC4 - Presença de pessoas com alguma deficiência

DR3 - Família em situação de pobreza se não considerar benefício PBF

DR4 - Família em pobreza se não considerar benefícios socioassistenciais (PBF e BPC)

CH1 - Domicílio particular improvisado ou situação de rua

Fonte: Elaboração própria.



O público prioritário do PAIF - famílias que atendam aos critérios de priorização em programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais – é bastante amplo. É importante que um diagnóstico para o planejamento desse serviço leve em conta não só o tamanho desse público (por município ou território de CRAS), mas também perfis dentro desse grupo que sejam mais vulneráveis, como famílias com pessoa(s) com deficiência que recebe(m) ajuda permanente de terceiros, crianças ou adolescentes fora da escola, com registro de trabalho infantil e elevada distorção idade-série (maior risco de abandono e evasão escolar), todos disponíveis no IVCAD, assim como características das famílias que não estão no IVCAD, como situações de isolamento, acolhimento e violências intrafamiliares.

Quanto ao SCFV, o diagnóstico para o planejamento pode considerar os perfis atendidos pelos grupos existentes, assim como os não atendidos e para os quais o serviço pode ser criado. Além de estimar o público total para cada grupo – crianças na primeira infância, de 7 a 14 anos, de 15 a 17 anos, adultos com deficiência e pessoas idosas, o ideal é identificar perfis mais vulneráveis dentro desses grupos e que sejam priorizados no serviço. O IVCAD permite identificar o tamanho do público dessas faixas etárias que apresentam vulnerabilidades, como presença de pessoa com deficiência, com crianças ou adolescentes fora da escola ou com distorção idade-série de 2 anos ou mais, com registro de trabalho infantil e situação de rua, enquanto os demais perfis vulneráveis, tais como situação de isolamento, violência intrafamiliar, institucionalização, egressos de medidas socioeducativas e sob medidas de proteção devem ser estimados a partir de outras fontes.

Para mensurar, analisar e priorizar os diferentes perfis para o SPSBD – PcD e Idosas no território, é fundamental além de dimensionar o número de idosos e pessoas com deficiência inseridos no Cadastro Único, estimar a magnitude da demanda de subgrupos mais vulnerabilizados. O IVCAD permite mensurar as famílias com pessoas com deficiência, assim como as famílias em pobreza ou com IVCAD elevado que possuem pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas. Outros públicos prioritários, como em situação de isolamento ou violência intrafamiliar, devem ser obtidos a partir de outras fontes de dados que não o Cadastro Único.

Por fim, para o SPSBD-GC, além do número de gestantes e crianças na primeira infância inseridas no território, é preciso determinar o tamanho de subgrupos prioritários para o serviço, tais como famílias com crianças de 0 a 3 anos, com crianças de 0 a 6 anos com deficiência, com criança beneficiária do BPC,


com registro de trabalho infantil e pertencente a GPTE, que podem ser retirados do IVCAD do território a partir do filtro de famílias com crianças na primeira infância. Outras prioridades, como crianças egressas de acolhimento institucional, sob medidas de proteção, órfãos e em famílias com registro de violência podem ser obtidas de outras fontes de dados.

O IVCAD não possibilita o dimensionamento completo do público para esses serviços socioassistenciais, não abrangendo indicadores que mensurem situações como isolamento social e violências intrafamiliares, mas consegue abarcar alguns dos seus principais públicos. Esse dado fornece uma aproximação do tamanho e características do público-alvo relevante para o serviço em questão.

Um ponto importante a se considerar é que provavelmente há sobreposição de famílias, não basta assim somar o número absoluto de famílias de cada variável para se ter a demanda total priorizada para aquele serviço, já que uma mesma família pode ter sido contabilizada mais de uma vez ao apresentar mais de uma das variáveis IVCAD com perfil para o serviço. A identificação das famílias específicas, superando esse problema de dupla contagem, será abordada na pergunta sobre como o IVCAD pode ser utilizado na identificação das demandas e na vinculação das famílias nas provisões socioassistenciais e nas demais políticas.

**Como o IVCAD
pode ser utilizado
no planejamento
do contato e da
busca ativa de
famílias?**

06



NEM TODA A POPULAÇÃO em situação de desproteção social está inserida no Cadastro Único, ou possui informações atualizadas (até dois anos), condição fundamental para o acesso às políticas socioassistenciais e a diversas outras políticas públicas no Brasil. Além disso, mesmo entre as famílias cadastradas, muitas não estão, em determinado momento, acessando as provisões e os direitos compatíveis com seu perfil e suas necessidades.

Nesse contexto, uma das atribuições centrais da política de assistência social é a realização da busca ativa de famílias "invisibilizadas" ou insuficientemente protegidas no território. Trata-se de uma estratégia proativa, que desloca a lógica da política do atendimento exclusivamente por demanda espontânea para uma atuação territorializada, planejada e orientada por evidências, na qual o poder público se responsabiliza por identificar e alcançar famílias em situação de vulnerabilidade, em vez de aguardar que elas procurem os serviços socioassistenciais.


A Resolução CNAS/MDS nº 185, de 26 de março de 2025, reconhece e conceitua a busca ativa no âmbito da assistência social. Trata-se de uma ação contínua e planejada para acesso a serviços. Para isso, faz-se essencial a busca ativa para inserção de novas famílias ou atualização de informações de famílias inseridas, mas com dados desatualizados no Cadastro Único, garantindo a identificação das famílias a este registro público, que constitui a principal porta de entrada para as políticas sociais ou o contato e busca ativa de famílias já inseridas e com desproteções graves para priorização e inserção das famílias em provisões socioassistenciais, reafirmando a diretriz de integração entre benefícios e programas de transferência de renda e os serviços socioassistenciais para uma mesma família, sempre que necessário.

A busca ativa de famílias com perfil para o Cadastro Único, mas ainda não cadastradas, deve ser planejada a partir da articulação entre diferentes fontes de informação e estratégias territoriais. Isso inclui levantamentos locais, informações produzidas por instâncias participativas, registros das equipes no cotidiano do território e o diálogo com lideranças comunitárias e organizações locais. Essa estratégia deve priorizar públicos historicamente mais expostos à exclusão do acesso aos serviços públicos, como pessoas com deficiência ou com dificuldades de mobilidade, pessoas idosas em situação de isolamento social, famílias residentes em áreas rurais ou de difícil acesso, entre outros grupos.

Como identificar as famílias a serem inseridas nas ações da política?

O anexo 1 desta publicação possui um tutorial com passo a passo de como o seu município pode gerar listas de famílias a partir de critérios predefinidos no SigPBF.





Já a busca ativa de famílias com informações desatualizadas no Cadastro Único – isto é, com mais de dois anos desde a última atualização cadastral – deve ser baseada na geração de listagens específicas dessas famílias, permitindo o contato direcionado para atualização dos dados e para a realização de um diagnóstico atual das desproteções e potencialidades vivenciadas por elas no momento. Esse processo é fundamental para garantir vinculações adequadas às provisões socioassistenciais e para orientar encaminhamentos qualificados às demais políticas públicas do território.

Há, ainda, a necessidade de planejamento de ações de contato e busca ativa junto a famílias que vivenciam riscos sociais ou desproteções mais graves, como pobreza persistente, evasão escolar, situação de rua, violência ou outras formas de violação de direitos. Nesses casos, o ideal é que, no momento do contato, as informações no Cadastro Único sejam atualizadas, mesmo que ainda estejam dentro do prazo formal de dois anos, de modo a assegurar um retrato mais fidedigno da situação de vida da família. A partir disso, deve-se realizar um diagnóstico integrado de suas desproteções e potencialidades, viabilizando a inserção nas provisões socioassistenciais cabíveis e os encaminhamentos intersetoriais necessários.

O IVCAD, especialmente quando analisado em nível territorial, permite dimensionar a magnitude da demanda por contato e busca ativa em cada território da população inserida no Cadastro Único, apoiando o planejamento das equipes quanto à priorização de áreas, públicos e estratégias de abordagem. Em nível familiar, o índice e suas variáveis possibilitam a elaboração de listagens qualificadas de famílias a serem contatadas, organizadas segundo critérios de gravidade, tipo de desproteção e potencial de resposta da política pública.

Os dados produzidos a partir do IVCAD podem subsidiar não apenas a política de assistência social, mas também outras políticas sociais do território, fortalecendo a articulação intersetorial e a construção de respostas integradas às situações de vulnerabilidade identificadas.

Tomando o Brasil como exemplo, os dados do IVCAD indicam alguns públicos prioritários para busca ativa de famílias inseridas:

1,1 milhão de famílias (4,2%) não possuem renda própria nem acessam benefícios socioassistenciais, configurando um público prioritário para ações de contato e busca ativa voltadas à identificação de perfil e à inserção em benefícios ou programas de transferência de renda;

3,64 milhões de famílias (13,9%) encontram-se em situação de pobreza mes-

mo considerando o recebimento de benefícios socioassistenciais (Programa Bolsa Família e BPC). Parte dessas famílias acessa benefícios, mas estes não são suficientes para retirá-las da pobreza; outra parte não acessa nenhum benefício, seja por ausência de perfil ou por não inserção nessa provisão. As famílias com perfil e sem benefício devem ser priorizadas para contato e busca ativa visando à inserção no PBF e/ou BPC. Já aquelas que permanecem em pobreza, mesmo após o recebimento do benefício, devem ser priorizadas para encaminhamentos a políticas complementares, como educação infantil, qualificação profissional e trabalho, cabendo ao CRAS compartilhar informações agregadas e listagens com essas políticas;

834 mil famílias (3,2%) possuem crianças de 4 a 6 anos fora da escola e 149 mil famílias (1%) possuem crianças ou adolescentes de 7 a 17 anos fora da escola. Esses casos devem ser priorizados para contato, verificação da persistência da desproteção e, quando confirmada, encaminhamento articulado à política de educação e a outras ofertas complementares.


Considerando o exemplo de um município fictício, o diagnóstico por território de CRAS inferiu o seguinte quanto às mil famílias IVCAD de um território de CRAS específico:

100 famílias estão em pobreza, já considerando o PBF e o BPC. Dessas, 50 recebem o PBF, mas ele não é suficiente para as retirar da situação de pobreza, enquanto 50 não recebem benefícios;

20 famílias possuem crianças de 4 a 6 anos fora da escola e 30 crianças ou adolescentes de 7 a 17 anos fora da escola;

20 famílias residem em domicílios improvisados ou estão em situação de rua, enquanto 250 famílias gastam mais de 30% da renda antes do PBF em aluguel.

Esse CRAS resolveu priorizar para ações de contato e busca ativa socioassistencial todas essas famílias para atualização cadastral e vinculação a ofertas socioassistenciais e de outras políticas conforme as demandas de cada família. Essas




famílias específicas foram identificadas a partir da construção de listas de famílias no SigPBF, conforme descrito no apêndice desta publicação. O planejamento dessa ação de busca ativa permitiu ao CRAS ter uma atuação não apenas reativa, mas proativa e preventiva, assim como promover a articulação intersetorial ao informar as demais políticas sobre essas demandas e públicos.

A próxima questão aborda como o IVCAD e seus componentes podem apoiar a organização dos fluxos da política de assistência social, contribuindo para processos de priorização mais transparentes e para a facilitação das inserções e dos encaminhamentos intersetoriais necessários.

**Como o IVCAD
pode ser utilizado
na identificação
das desproteções
e na vinculação
das famílias
às provisões
socioassistenciais
e das demais
políticas?**

07



CADA FAMÍLIA VIVENCIA um conjunto próprio de desproteções e potencialidades, que se transforma ao longo do tempo em função das condições de vida, do ciclo familiar, do acesso a políticas públicas e das dinâmicas territoriais. As desproteções sociais devem ser superadas ou, quando isso não é possível no curto prazo, mitigadas; simultaneamente, as potencialidades das famílias devem ser reconhecidas e fortalecidas. Esse processo se materializa por meio da atuação da política de assistência social, seja por meio de provisões socioassistenciais diretas – serviços, benefícios, programas e projetos –, seja por meio de encaminhamentos qualificados para as demais políticas públicas do território, visando à garantia de direitos.

A vinculação de cada família às provisões socioassistenciais e às demais políticas deve responder às suas demandas específicas, compreendidas a partir da combinação entre vulnerabilidades, riscos sociais e potencialidades. No entanto, nem todas as desproteções apresentam o mesmo grau de gravidade, e as ofertas da política pública são, em geral, limitadas. Por essa razão, a priorização do acesso constitui uma atribuição central da política de assistência social, especialmente considerando que serviços e benefícios possuem públicos prioritários definidos normativamente.

Nesse sentido, a terceira etapa do ciclo das provisões socioassistenciais, ou seja, a identificação das demandas e a vinculação, consiste na definição de quais famílias serão inseridas em cada provisão ou encaminhadas para outras políticas públicas do território. Essa etapa deve se apoiar em um diagnóstico familiar qualificado que considere as desproteções, as potencialidades e as expectativas expressas pelas próprias famílias no processo de escuta e acompanhamento.

O IVCAD em nível familiar oferece uma síntese das principais desproteções enfrentadas por cada família e do seu grau geral de vulnerabilidade social. Famílias que apresentam desproteções mais graves e/ou maior valor do índice (maior concentração de vulnerabilidades) tendem a demandar atenção prioritária, preferencialmente por meio de ofertas articuladas de serviços e benefícios socioassistenciais. O índice, portanto, contribui para qualificar a priorização, mas sem substituir a análise técnica nem o diálogo com a família.

A partir da leitura do IVCAD familiar e das normativas que regulam as provisões socioassistenciais, é possível identificar quais famílias atendem aos critérios de priorização de cada oferta e quais inserções e encaminhamentos são mais adequados para enfrentar as desproteções identificadas. O índice funciona, assim, como um instrumento de apoio à decisão, facilitando a identificação de públicos prioritários e a organização dos fluxos e das respostas da política.

Para ilustrar esse processo, considere-se o seguinte exemplo. Uma família possui uma criança de 5 anos com deficiência que se encontra fora da escola, situação que motivou o contato inicial do CRAS. Na escuta qualificada, identifica-se que a criança ainda não possui laudo ou acompanhamento de saúde adequado. A família conta também com uma adolescente de 11 anos inserida regularmente na escola. A mãe é cuidadora solo e, em razão da ausência de acesso à creche, encontra-se inserida no mercado de trabalho informal, com rendimento mensal do trabalho inferior a um salário mínimo. Na ausência do Programa Bolsa Família, essa família estaria em situação de pobreza. Além disso, a família reside em imóvel alugado, cujo valor compromete aproximadamente 50% da renda total (trabalho e PBF), e o domicílio não dispõe de esgotamento sanitário adequado.

A presença de criança na primeira infância e de pessoa com deficiência em pobreza torna essa família prioritária para diversas provisões socioassistenciais, como o Progra-



ma Bolsa Família, o PAIF, o SCFV e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência, Pessoas Idosas ou de Gestantes e Crianças. O fato de a criança estar fora da escola, apresentar deficiência e não dispor de acompanhamento de saúde adequado reforça seu perfil prioritário do SPSBD-GC. A condição de mãe solo inserida no trabalho informal também indica a necessidade de encaminhamento para programas locais de qualificação profissional e de apoio a cuidados familiares.

A partir desse diagnóstico, o profissional do CRAS recomendou as seguintes vinculações: inserção da criança no SPSBD-GC e no SCFV para crianças de 0 a 6 anos; encaminhamento da criança para a educação infantil inclusiva; e encaminhamento da mãe para um programa de qualificação profissional. No processo de pactuação, a responsável familiar aceitou a inserção no SPSBD-GC e os encaminhamentos para a educação infantil e para a política de trabalho, mas optou por não aderir ao SCFV para seu filho, priorizando a inserção em creche como estratégia para viabilizar sua inserção em emprego formal.

Esse exemplo evidencia que a vinculação das famílias às provisões socioassistenciais e aos encaminhamentos intersetoriais deve considerar não apenas os critérios técnicos e normativos, mas também a autonomia, as escolhas e as estratégias de vida das famílias, reafirmando seu protagonismo no processo de acompanhamento.

A utilização do IVCAD para orientar a priorização e a vinculação é operacionalmente simples, uma vez que o índice identifica famílias que atendem, ainda que parcialmente, aos critérios das provisões, enquanto as normativas definem os públicos prioritários. Além disso, em contextos nos quais a demanda é superior à capacidade de oferta, o IVCAD contribui para identificar aquelas famílias em situação de maior vulnerabilidade relativa, apoiando decisões mais equitativas na alocação das vagas e dos recursos disponíveis.


Por fim, o valor geral do IVCAD de cada família permite comparar níveis de desproteção entre famílias atendidas, subsidiando a definição de prioridades nos atendimentos, no acompanhamento e nas ofertas socioassistenciais, sempre em articulação com a avaliação profissional e com o diálogo permanente com a população usuária. Famílias com IVCAD mais elevado apresentam uma concentração simultânea de vulnerabilidades que se reforçam mutuamente, indicando desproteção grave e a relevância da sua priorização.

Na prática, o uso do IVCAD de uma família permite detectar algumas das suas principais desproteções e potencialidades, o que auxilia na definição de quais vinculações socioassistenciais e das demais políticas podem ser sugeridas à família. Na assistência social, é preciso compreender quais os públicos prioritários de cada serviço e/ou benefício eventual e, a partir do IVCAD e suas variáveis, definir vinculações possíveis para essa família específica, priorizando as mais desprotegidas. O IVCAD também pode orientar que encaminhamentos são possíveis e recomendados para cada família conforme suas necessidades.

Por exemplo, uma família está em pobreza mesmo após receber o PBF, possui uma criança de quatro anos com deficiência e fora da escola e a cuidadora é solo e possui ocupação informal. Esse acúmulo de vulnerabilidades sociais a torna público prioritário para o SPSBD-GC, caso haja essa oferta no território, assim como para o PAIF e eventualmente o SCFV para que a criança tenha espaços de convivência. Por fim, é primordial o encaminhamento para a educação dessa criança, possivelmente integral para possibilitar que a cuidadora acesse uma ocupação formal.

**Como o IVCAD
pode ser utilizado
no planejamento
de atividades
coletivas do PAIF?**

08



O PAIF é o ORGANIZADOR E ARTICULADOR do Trabalho Social com Famílias e Territórios (TSFT) do CRAS, tendo como objetivos fortalecer os vínculos familiares e comunitários, prevenir a ruptura familiar e a violência e promover o acesso das famílias a direitos e serviços, melhorando a qualidade de vida das famílias e dos territórios. Ele é o serviço socioassistencial central do CRAS e estabelece momentos de escuta, reflexão e inserção das famílias em atividades prioritariamente coletivas, orientações e vinculações a outras ofertas visando superar desproteções sociais e promover o fortalecimento de potencialidades das famílias.

O TSFT envolve ações com famílias, com os territórios e as articulações de rede necessárias para a proteção socioassistencial das famílias e territórios. Realiza atividades prioritariamente na dimensão coletiva, mas também faz atendimentos particularizados pontuais a famílias até ações mais sistemáticas, inclusive em domicílio, através do serviço de Proteção Social Básica em Domicílio. Essas atividades coletivas podem ocorrer nas seguintes modalidades⁴:



- i) Pequenos grupos:** acolhida coletiva, rodas de conversa, oficinas e grupos operativos que geralmente ocorrem no CRAS;
- ii) Ações comunitárias:** mobilização de coletivos, eventos culturais, campanhas socioeducativas, articulação de redes – em geral, para grupos abertos, e podem ocorrer no CRAS ou em outros espaços do território;
- iii) Arranjos participativos:** comissões locais de assistência social, assembleias, organização de fóruns, audiências públicas.

A definição dessas ações e seus conteúdos depende de um planejamento da gestão, com a vigilância socioassistencial tendo papel essencial em realizar diagnósticos socioterritoriais para fortalecer a ação do TSFT. Nesta perspectiva, a leitura do IVCAD em nível territorial pode auxiliar na identificação de demandas e potencialidades do território que guiem a definição do formato e dos temas das atividades coletivas a serem desenvolvidas no PAIF. É importante que essas atividades sejam planejadas e levem a experiências significativas, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários dos participantes, inclusive a formação de vínculos e rede de apoio entre os participantes, e que sejam momentos de escuta, fala, esclarecimento, orientações e encaminhamentos transformadores, daí a importância de se ter coerência entre essas atividades e as demandas específicas do território.

⁴ Para maiores informações sobre atividades coletivas e/ou como as organizar no contexto de famílias em não cumprimento de condicionalidades do PBF, acesse a Trilha PAIF para o Contexto das Condições do Programa Bolsa Família em: <https://blog.mds.gov.br/redesuas/trilha-1-contexto-das-condicionalidades-do-programa-bolsa-familia/>



Ao se utilizar o IVCAD em nível de território, pode-se mapear as vulnerabilidades sociais mais comuns e suas inter-relações. Por exemplo, ao se analisar o IVCAD das famílias com crianças na primeira infância de um território hipotético, se observa que a maioria das famílias não tem acesso à educação infantil de 0 a 3 anos, mesmo tendo essa demanda, e que isso leva a vulnerabilidade socioeconômica da família e ao isolamento e à sobrecarga de cuidadores solo.

Essas demandas podem informar o formato e temáticas a serem adotadas nessas atividades coletivas. Para esse caso, pode-se criar pequenos grupos de mães solo com atividades que promovam a formação de redes de apoio e o fortalecimento da autonomia e do acesso a direitos dessas mulheres. Pode-se, ainda, criar ações comunitárias no formato de campanhas e eventos culturais que divulguem informações sobre a importância dos cuidados, vínculos e sobre o acesso a direitos das crianças na primeira infância, inclusive abordando o PBF e suas condicionalidades. Por fim, essa temática pode se tornar alvo de engajamento político local, ao criar assembleias de mães com filhos com deficiência no território, para organizarem esforços na luta pelo acesso a direitos desse público, com o CRAS tendo papel de apoio nesta iniciativa.

Trilhas do PAIF




Clique e acesse.

Para acessar as Trilhas que reformulam e reorientam o PAIF, com ênfase em atividades coletivas, acesse:
<https://blog.mds.gov.br/redesuas/trilhas-do-paif/>

**Como o IVCAD
pode ser utilizado
na avaliação de
resultados com
as famílias e nos
territórios?**

09



AVALIAR UMA POLÍTICA, um serviço ou uma ação consiste em realizar uma análise sistemática que emite um juízo fundamentado sobre sua eficácia, seus resultados e seus possíveis impactos, com o objetivo de subsidiar decisões, promover correções de rumo e produzir aprendizado institucional. No campo das políticas públicas, a avaliação busca identificar se os objetivos e metas definidos foram alcançados, bem como compreender quais barreiras, condicionantes e fatores contextuais influenciaram a efetividade das ações implementadas.

Trata-se de um processo analiticamente complexo, uma vez que as políticas públicas operam em sistemas marcados por múltiplas interações, dinâmicas territoriais e fatores estruturais. Por essa razão, a avaliação vai além do monitoramento rotineiro, que acompanha a execução de atividades, o cumprimento de metas operacionais e a evolução de indicadores de processo. Avaliar implica interpretar mudanças, reconhecer limites, identificar aprendizados e qualificar decisões futuras.

Nesse contexto, o IVCAD pode ser utilizado, de forma parcial e complementar, para apoiar a avaliação de resultados tanto em nível familiar quanto territorial, ao permitir a observação de mudanças nas vulnerabilidades sociais ao longo do tempo. O índice possibilita comparar situações em dois ou mais momentos, identificando vulnerabilidades superadas, persistentes ou eventualmente adicionadas. No entanto, por si só, o IVCAD não permite atribuir causalidade, tampouco identificar com precisão os fatores promotores ou as barreiras que explicam as mudanças observadas.

Além disso, o uso do IVCAD para fins avaliativos deve considerar uma limitação importante: as informações do Cadastro Único não são atualizadas de forma contínua, podendo variar de alguns meses a até dois anos entre uma atualização e outra. Essa característica restringe sua utilização para avaliações de curto prazo ou para o acompanhamento sistemático de mudanças mais imediatas na trajetória das famílias.

Avaliação de resultados em nível familiar

Para avaliar resultados em nível familiar, é possível comparar o IVCAD de uma mesma família em dois momentos distintos no tempo, desde que haja atualização cadastral. Essa comparação permite identificar se determinadas desproteções foram reduzidas, superadas ou mantidas.

Considere-se, por exemplo, uma família que apresentava vulnerabilidades graves e que, após contato inicial do CRAS, foi inserida no Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias (SPSBD-GC), além de encaminhada para ações da política de trabalho. A tabela 6 apresenta a comparação entre o perfil de vulnerabilidades no momento do contato inicial e a situação da família seis meses depois, quando houve atualização das informações no Cadastro Único.

Tabela 6**Evolução do IVCAD familiar**

IVCAD no contato inicial	IVCAD após seis meses
NC2 – Presença de criança de 0 a 6 anos	NC2 – Presença de criança de 0 a 6 anos
NC4 – Presença de pessoa com deficiência	NC4 – Presença de pessoa com deficiência
NC6 – Metade ou menos dos membros em idade adulta (18 a 59 anos)	NC6 – Metade ou menos dos membros em idade adulta
PDI1 – Criança de 4 a 6 anos fora da escola	CH4 – Família com despesa de aluguel
TQA5 – Nenhum adulto ocupado no setor formal	CH10 – Domicílio sem esgotamento sanitário adequado
TQA6 – Nenhum adulto com rendimento do trabalho superior a 1 SM	
DR3 – Família em pobreza sem considerar o PBF	
CH3 – Mais de 30% da renda comprometida com aluguel	
CH4 – Família possui despesa de aluguel	
CH10 – Domicílio sem esgotamento sanitário adequado	

Fonte: Elaboração própria.

Após seis meses, observa-se que algumas vulnerabilidades foram superadas: a criança foi inserida em escola em tempo integral; a mãe obteve um emprego formal com rendimento superior a um salário-mínimo; e, embora a família continue residindo em imóvel alugado, o comprometimento da renda com o aluguel passou a ser inferior a 30%. Permaneceram, contudo, vulnerabilidades estruturais relacionadas à composição familiar (presença de criança na primeira infância e de pessoa com deficiência), à necessidade de pagamento de aluguel e à precariedade do saneamento básico.

A comparação entre os dois momentos evidencia uma melhora expressiva na proteção

social da família. Entretanto, os dados do IVCAD não permitem afirmar se essas mudanças decorreram especificamente da inserção no SPSBD-GC, dos encaminhamentos às políticas de educação, trabalho ou habitação, ou de outros fatores contextuais além das políticas públicas locais. A identificação dessas relações causais exigiria o uso de métodos avaliativos adicionais, que extrapolam o escopo deste caderno.

Ainda assim, o IVCAD fornece informações valiosas ao mensurar de forma objetiva e padronizada a mudança no perfil de vulnerabilidades da família, contribuindo para o acompanhamento técnico, a reavaliação das prioridades e o ajuste das estratégias de acompanhamento socioassistencial.

É fundamental, contudo, adotar cautela no uso do IVCAD como única medida de avaliação de resultados em nível familiar. O índice não capta dimensões importantes das desproteções sociais, especialmente aquelas de natureza relacional, subjetiva e associadas à qualidade do cuidado e ao bem-estar dos cuidadores. Além disso, contempla apenas um risco social de forma direta — o trabalho infantil —, o que reforça a necessidade de complementação com outros instrumentos, a exemplo de perguntas diagnósticas complementares do Prontuário SUAS ou de sistemas de registro similares, dados qualitativos e escuta qualificada da família.

Avaliação de resultados em nível territorial

Em nível territorial, o IVCAD permite analisar a evolução das vulnerabilidades sociais de um território por meio da comparação entre dois momentos no tempo. Embora também não possibilite a atribuição de causalidade, essa análise contribui para identificar tendências, avanços e persistências nas desproteções sociais, subsidiando o planejamento e a avaliação da política em escala local.

A Tabela 7 apresenta a evolução de algumas variáveis do IVCAD em um território fictício ao longo de seis meses.

Tabela 7

Evolução do IVCAD familiar

Variável	Diagnóstico inicial	Diagnóstico após 6 meses
NC3 – Presença de criança de 0 a 12 anos	45%	46%
NC6 – Metade ou menos dos membros em idade adulta	50%	50%
PDI1 – Criança de 4 a 6 anos fora da escola	1%	0,5%

PDI2 – Criança de 0 a 6 anos fora da escola	45%	42%
DCA3 – Criança ou adolescente de 7 a 17 anos fora da escola	1%	0,1%
TQA4 – Nenhum adulto ocupado	60%	55%
TQA5 – Nenhum adulto ocupado no setor formal	80%	70%
DR2 – Pobreza mesmo com benefícios	12%	10%
DR3 – Pobreza sem considerar o PBF	80%	82%
CH10 – Domicílio sem esgotamento sanitário adequado	30%	30%

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que características mais estruturais do território, como a composição etária das famílias e a precariedade do saneamento, permaneceram inalteradas no período analisado. Em contrapartida, houve reduções graduais em vulnerabilidades relacionadas à escolarização, à inserção produtiva e à pobreza persistente após os benefícios socioassistenciais.

A mudança mais expressiva foi a redução de 90% no percentual de famílias com crianças ou adolescentes de 7 a 17 anos fora da escola, resultado que pode estar associado à intensificação de ações de busca ativa articuladas entre a política de assistência social e a política de educação. Ainda assim, o IVCAD não permite confirmar essa hipótese, limitando-se a indicar onde e em que magnitude ocorreram as mudanças.


Houve também um leve aumento no percentual de famílias que estariam em situação de pobreza na ausência do Programa Bolsa Família, o que reforça a importância das transferências de renda para a proteção social no território analisado.

No conjunto, o IVCAD territorial desse território fictício reduziu-se de 0,28 para 0,25, indicando uma melhora relativa no perfil de vulnerabilidade social. A análise desagregada das variáveis sugere que a principal contribuição para essa redução foi a ampliação da inclusão escolar de crianças e adolescentes, evidenciando a superação parcial dessa desproteção ao longo do período considerado. Ao mesmo tempo, aponta desproteções que não tiveram avanços ou houve até mesmo intensificação e que devem ser discutidas quanto se realiza não só o planejamento da política de assistência social, como das demais políticas sociais do território, tanto o planejamento individual quanto o interseccional.



**Considerações
finais**

10



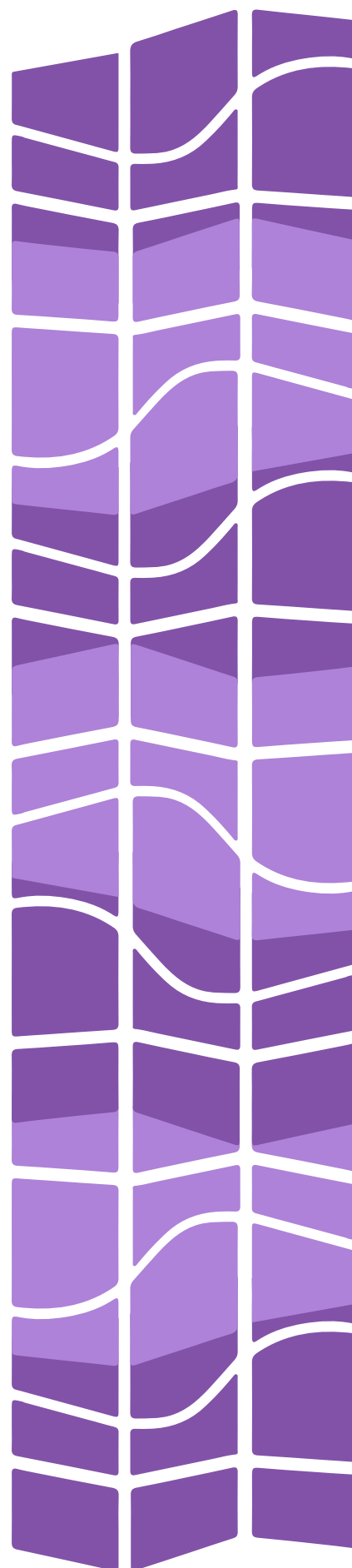
O ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS no Brasil demanda um SUAS fortalecido, com capacidade de resposta territorializada, intersetorial e orientada por evidências, especialmente no novo ciclo de reconstrução e inovação pós-2023. Nesse contexto, o IVCAD se afirma como um instrumento estratégico para ampliar e qualificar a proteção social, ao traduzir, de forma multidimensional e operacional, as principais desproteções vivenciadas pelas famílias em pobreza e baixa renda inscritas no Cadastro Único.

Ao longo deste caderno, evidenciou-se que o IVCAD pode apoiar decisões mais precisas e equitativas nas diferentes etapas do ciclo da política de assistência social – diagnóstico, planejamento, identificação das demandas da família, vinculação das famílias, execução das ações e avaliação dos resultados, contribuindo para que a gestão municipal e as equipes do SUAS reconheçam padrões de vulnerabilidade que, muitas vezes, permanecem invisibilizados quando se considera apenas a renda monetária. O índice permite visualizar como privações relativas ao trabalho e qualificação, renda, necessidades de cuidado, escolarização, condições habitacionais e desenvolvimento na infância e adolescência se combinam e se reforçam nos territórios, orientando respostas públicas integradas e mais efetivas.

O uso sistemático do IVCAD pela Vigilância Socioassistencial qualifica diagnósticos socioterritoriais, subsidiando a definição de prioridades e contribuindo para processos de revisão anual dos PMAS. Ao oferecer dados comparáveis e recortes territoriais e familiares acionáveis, o índice potencializa o planejamento responsivo às mudanças conjunturais (como emergências, agravamentos da pobreza e crises locais), além de apoiar a organização da busca ativa, a integração entre benefícios e serviços e a articulação com outras políticas públicas, como educação, saúde, trabalho e renda, habitação e segurança alimentar e nutricional.

Para que esse potencial se realize plenamente, é fundamental que a implantação e o uso do IVCAD sejam participativos, envolvendo o conjunto dos atores do SUAS, ou seja, gestão, Vigilância Socioassistencial, CRAS, CREAS, entidades, conselhos, e incorporando a população usuária como sujeito de direitos e protagonista das decisões. Indicadores não devem substituir a escuta, a avaliação profissional e a autonomia das famílias: devem, ao contrário, funcionar como ferramentas de transparência, justiça distributiva e qualificação técnica, contribuindo para pactuar prioridades, tornar critérios mais explícitos e orientar fluxos com maior coerência territorial.

Também é necessário reconhecer os limites do índice: o IVCAD não captura integralmente dimensões relacionais, subjetivas e riscos sociais complexos, tampouco permite, isoladamente, atribuir causalidade em



avaliações. Por isso, seu uso deve ser articulado a outras fontes de informação, registros do trabalho social, diagnósticos qualitativos, escuta qualificada e análises críticas que considerem as desigualdades estruturais de raça, gênero, território e pertencimento étnico-cultural.

Em síntese, o IVCAD amplia a capacidade pública de identificar, priorizar, monitorar e ajustar as respostas da assistência social, favorecendo decisões mais orientadas à equidade e ao fortalecimento das seguranças socioassistenciais. Ao transformar dados em informação acionável e ao apoiar uma gestão mais democrática e territorializada, o IVCAD pode contribuir para que o SUAS avance na direção de uma proteção social mais efetiva, inclusiva e comprometida com a superação das desigualdades estruturais que historicamente marcam a sociedade brasileira.

Referências:



CNAS/MDS (2025). RESOLUÇÃO CNAS MDS Nº 185, DE 26 DE MARÇO DE 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/resolucao-cnas-mds-n-185-de-26-de-marco-de-2025>.

Acesso em 1 de fevereiro de 2026.

COLIN, Denise; PEREIRA, Juliana Maria Fernandes. Desafios da Seguridade Social: Breves Considerações sobre a Organização, Controle Social e Financiamento da Assistência Social no Brasil. In: ASSISTÊNCIA SOCIAL: AVANÇOS E DESAFIOS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DA CIDADANIA. UNICAMP: revista política social e desenvolvimento #07 , ano 2, out.2014

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Direitos humanos e políticas públicas: panorama e desafios contemporâneos. In: BONETI, Lindomar W. et al. Educação em direitos humanos: história, epistemologia e práticas pedagógicas. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2019. p. 57-75.



SILVEIRA, Jucimeri Isolda (org.). Plano Municipal de Assistência Social: passo a passo para o planejamento local. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; UNICEF Brasil, 2025. Disponível em: <https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2025/11/Plano-Municipal-de-AS-Digital.pdf>.



SILVEIRA, Jucimeri Isolda; NASCIMENTO, Sérgio L.; ZALAMBESSA, Simões. Colonialidade e decolonialidade na crítica ao racismo e às violações: para refletir sobre os desafios da educação em direitos humanos. Educar em Revista, Curitiba, v. 37, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.71306>.



SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Sistema Único de Assistência Social: repercussões da colonialidade e perspectivas de um giro decolonial. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 147, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.380>

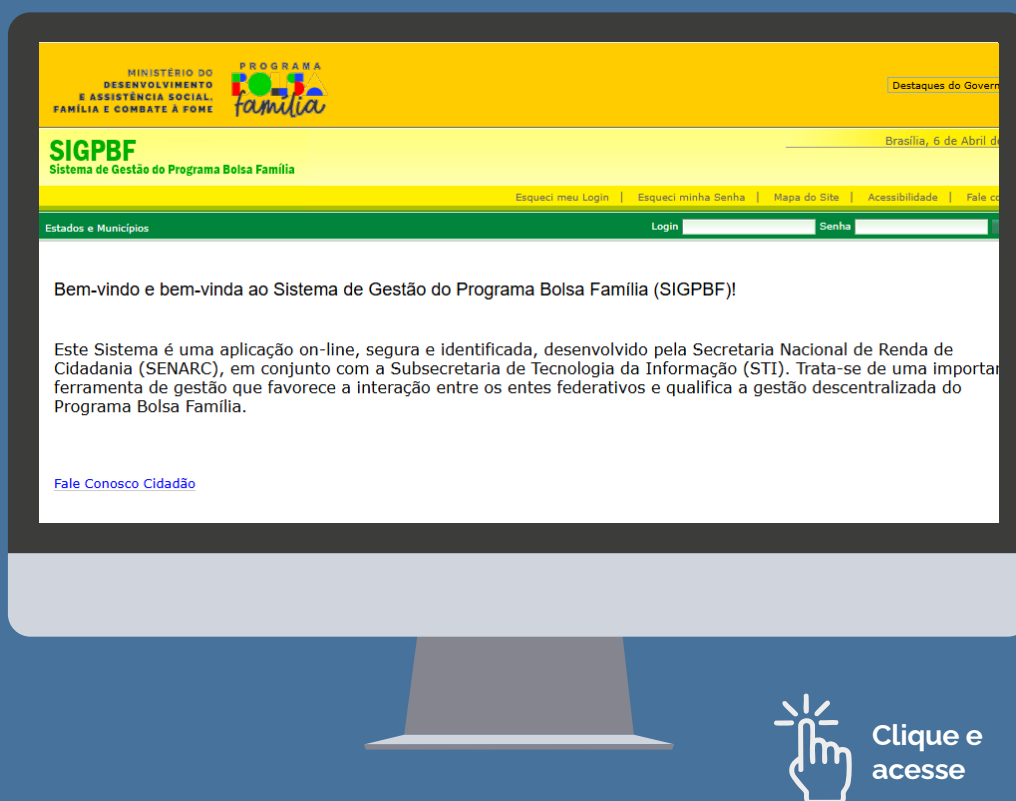


Apêndice:

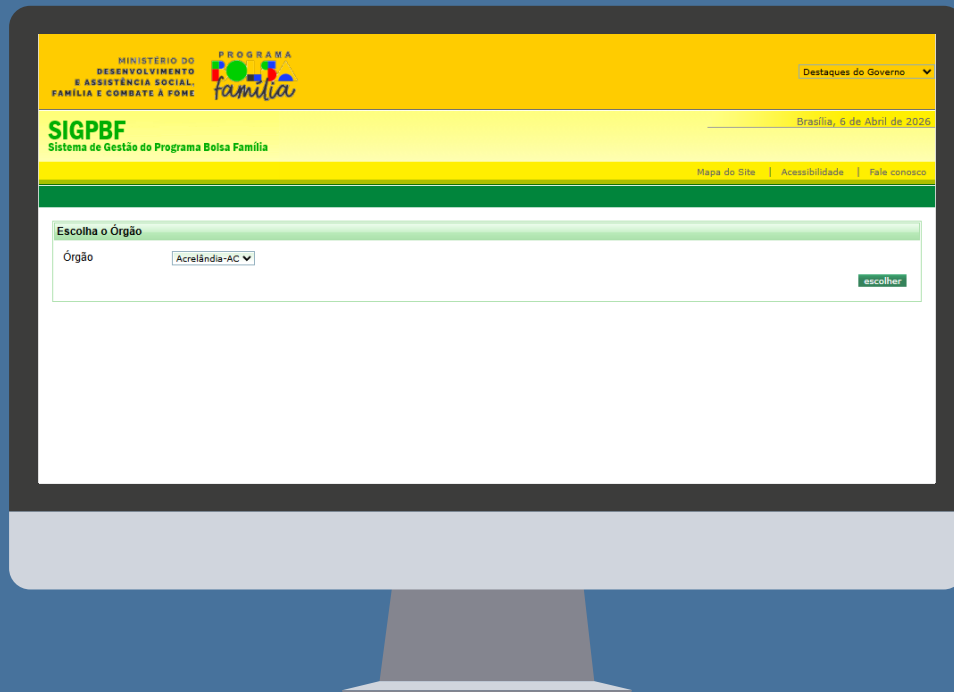
Como extrair listas de famílias do SigPBF a partir de critérios do IVCAD.

1. Acessar o SIG PBF pelo link

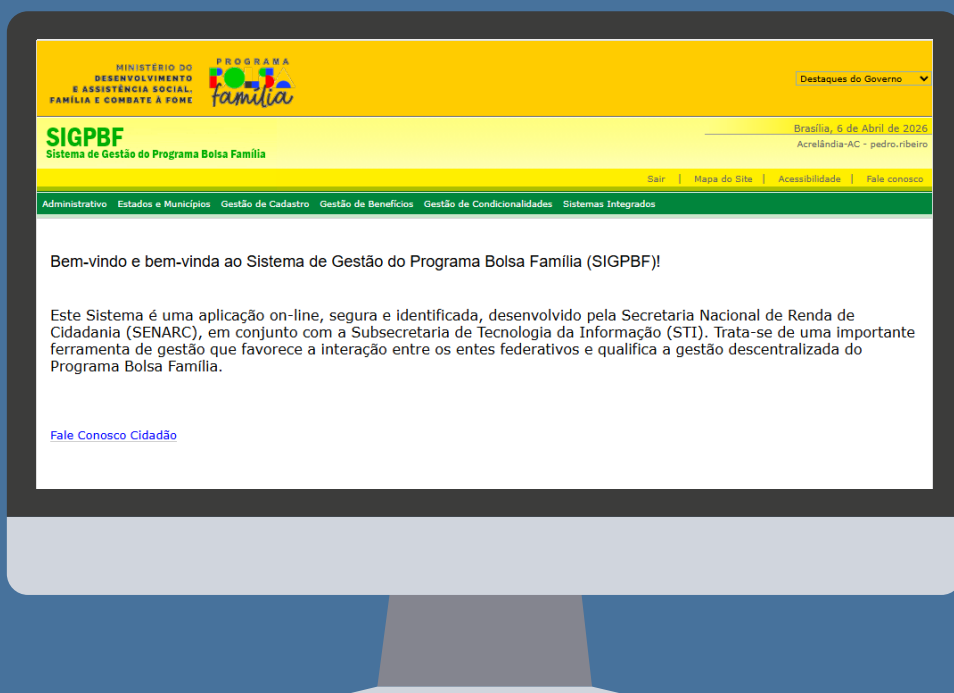
<https://www.mds.gov.br/mds-sigpbf-web/carregarTelaLogin.jsf>



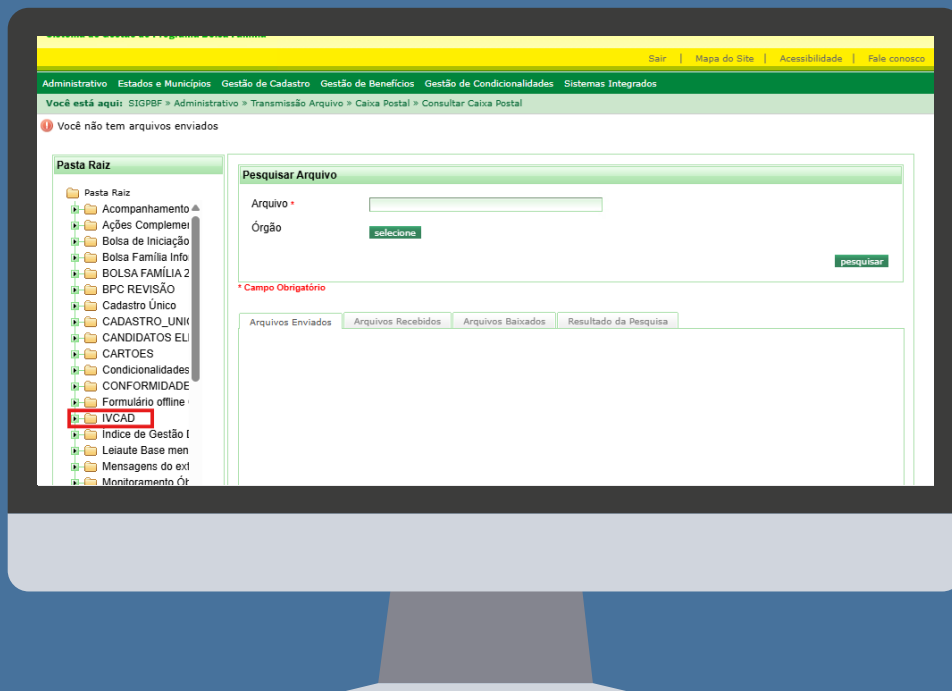
2. Em “Órgão”, selecionar seu município e em seguida clicar em “Escolher”



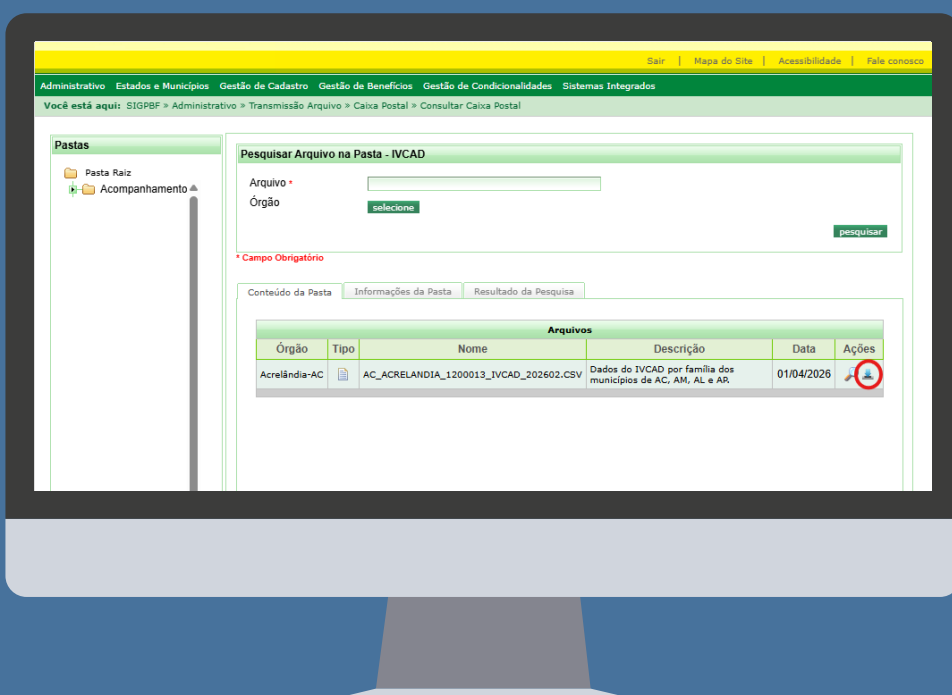
3. Administrativo – Transmissão de Arquivos – Upload/Download de Arquivos



4. Selecionar diretório IVCAD



5. Baixar o arquivo clicando no ícone destacado



OBSERVATÓRIO⁴ do Cadastro Único



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

